



**Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"**

GABRIELA THEODORO MALAQUIAS

CRISES E GUERRAS: REFLEXOS NA ECONOMIA MUNDIAL

**Assis/SP
2017**



**Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"**

GABRIELA THEODORO MALAQUIAS

CRISES E GUERRAS: REFLEXOS NA ECONOMIA MUNDIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Administração do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA e a Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, como requisito parcial à obtenção do Certificado de Conclusão.

Orientanda: Gabriela Theodoro Malaquias

Orientador: Marcelo Manfio

**Assis/SP
2017**

FICHA CATALOGRÁFICA

M237c MALAQUIAS, Gabriela Theodoro
Crises e guerras: reflexos na economia mundial/
Gabriela Theodoro Malaquias. -- Assis, 2017.

63p.

Trabalho de conclusão do curso (Administração). – Fundação
Educativa do Município de Assis-FEMA

Orientador: Esp. Marcelo Manfio

1.Economia-mundial 2.Política-mundial

CDD 330.9

CRISES E GUERRAS: REFLEXOS NA ECONOMIA MUNDIAL

GABRIELA THEODORO MALAQUIAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, como requisito do Curso de Graduação, analisado pela seguinte comissão examinadora:

Orientador: Marcelo Manfio

Analisador: Jairo da Silva

Assis

2017

DEDICATÓRIA

Dedico, primeiramente, este trabalho a Deus meu Pai e Senhor por me inspirar e me dar forças em cada segundo do meu caminhar e a Jesus, meu mestre e guia, por andar de mãos dadas comigo e me carregar no colo sempre que preciso. E as duas pessoas mais importantes da minha vida e a razão do meu viver, minha mãe Valéria e avó Odilia.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu Pai, que me deu forças para enfrentar todos os desafios e me ofereceu todos os instrumentos necessários para alcançar e cumprir minhas metas e objetivos. Além de sempre colocar em meus caminhos as pessoas certas, nas horas certas. Fazendo com que tudo fluísse da melhor maneira possível.

A minha mãe Valéria e minha avó Odília que são meus braços direito e esquerdo, são donas de todo o meu coração e a minha razão por buscar uma vida melhor e mais digna através dos meus estudos. As pessoas que me apoiaram incondicionalmente, que me ajudaram sem cessar na construção da minha vida pessoal e universitária; são meu maior tesouro e maior amor! Minha gratidão eterna a elas.

Aos meus amigos de faculdade, que levarei para toda a vida, que me ensinaram como se trabalha em equipe, como todos trabalham melhor juntos, de que a união faz a diferença e que me ensinaram que, quem tem amigos carrega a verdadeira felicidade consigo: Mariana, Bruna, Rodolfo, Talis, Marlon, Jonathan e Gian, e aos seus pais, irmãos e amigos, que também muito me ajudaram. Meu muito obrigado por tudo!

Aos meus familiares, minha Tia Vanderléia, meus companheiros de vida e de trabalho, José Fernando, Alexandra, Daniele, Daiana, Eduardo, Luiz e Arlene; amigos e irmãos de jornada, pessoas que me auxiliaram e que me deram força, que foram meu escudo, meu amparo e minha alegria em diversos momentos da minha vida; que me fazem evoluir e crescer moralmente a cada dia, que fazem parte da minha construção pessoal e que mostram a importância que um ser humano pode ter na vida do outro. Meu muito obrigado a todos.

A todos os meus Professores e Mestres, em especial, ao meu Orientador: Marcelo Manfio, aos meus colegas de classe e futuros colegas de profissão, que caminharam junto comigo nesses quatro anos de muita luta, de muitas vitórias e de diversos aprendizados.

“Terceiro Mundo se for piada no exterior
Mas o Brasil vai ficar rico
Vamos faturar um milhão
Quando vendermos todas as almas
Dos nossos índios num leilão
Que país é esse? ”

Legião Urbana (1987)

RESUMO

As grandes crises e guerras mundiais que ocorreram ao longo da história, deixaram marcas que podem ser percebidas até hoje.

Este será o tema deste trabalho: o que ocorre com a economia global e com nossas vidas, quando vivemos um colapso durante guerras e crises e quais caminhos existem para uma volta a integração internacional equilibrada.

Estudaremos se as crises econômicas já ocorridas e solucionadas no passado servirão como base e parâmetro para solucionar as crises mundiais atuais, tendo como objeto de estudo principal a crise econômica e política do Brasil.

A Economia brasileira se recuperará? O que é preciso para que isso aconteça? Quais são os agentes econômicos envolvidos neste processo.

PALAVRAS CHAVE: Economia-mundial. Política-mundial

ABSTRACT

The great crises and world wars that have occurred throughout history have left marks that can be perceived to this day.

This will be the theme of this work: what happens to the global economy and our lives, when we experience a collapse during wars and crises, and what paths exist for a return to balanced international integration.

We will study if the economic crises already occurred and solved in the past will serve as a basis and parameter to solve the current world crises, having as main object of study the economic and political crisis of Brazil.

Will the Brazilian economy recover? What does it take to make this happen? What economic agents are involved in this process?

KEYWORDS: World-wide economy. World Politics.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. CRISES, GUERRAS E SUAS INFLUÊNCIAS NA ECONOMIA MUNDIAL.....	14
2.1 UM NOVO MUNDO.....	16
2.2 NEOCOLONIALISMO E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL.....	18
2.3 O MUNDO PÓS-GUERRA E AS CONCLUSÕES.....	19
2.4 O PERÍODO ENTRE GUERRAS.....	20
2.5 A CRISE DE 1929.....	21
3. SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: CONSEQUÊNCIAS.....	25
3.1 A AMÉRICA LATINA DEPOIS DA GUERRA.....	26
3.2 O MURO VEM ABAIXO.....	26
4. A CRISE DE 2008.....	28
5. O APROFUNDAMENTO DA CRISE E A GLOBALIZAÇÃO.....	31
6. BRASIL: A TRANSFORMAÇÃO DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL.....	32
6.1 A CRISE DO IMPÉRIO.....	32
6.2 O BRASIL NOS CONFLITOS.....	34
6.3 MOVIMENTOS SOCIAIS AGITAM O PAÍS.....	34
6.4 EFEITOS DA I GUERRA MUNDIAL NO BRASIL.....	36
7. AS FASES DA ECONOMIA.....	38
7.1 O PLANO.....	43
7.2 O INÍCIO DO REAL.....	46
7.2.1 Real.....	47
7.3 IMPEACHMENT.....	52
7.4 DIAGNÓSTICOS DA CRISE BRASILEIRA.....	54

7.5 MESES DE TEMER.....	55
7.6 O EFEITO TRUMP.....	57
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	62

1. INTRODUÇÃO

As grandes crises e guerras mundiais que ocorreram ao longo da história, deixaram marcas que podem ser percebidas até hoje. Desde a revolução no modo de viver, como revoluções no modo de sobreviver marcaram nossa trajetória. O homem passou, passa e sempre passará por situações que refletirão em seu comportamento diante da política, da economia, das disputas territoriais e do poder. Cada governo, cada política econômica; cada postura e posição adotadas se somaram e resultaram no caminho percorrido pela humanidade. Assim, é possível perceber como as grandes crises e guerras, podem levar um povo da derrocada ao apogeu e vice-versa. São nesses momentos de decisão e apreensão que surgem as grandes teorias, soluções, pensamentos e pensadores que guiaram a história.

Desde a Roma antiga ao Brasil atual, grandes crises e guerras influenciaram e nos colocaram na configuração econômica em que vivemos.

Este será o tema deste trabalho: o que ocorre com a economia global e com nossas vidas, quando vivemos um colapso durante guerras e crises e quais caminhos existem para uma volta a integração internacional equilibrada.

Muitos motivos geram estagnação, declínio e fracasso em uma economia. Pensando nisto, pergunta-se: Qual é o caminho para economia razoavelmente equilibrada? As saídas para resolver as crises do passado ainda são válidas para a resolução das crises atuais? A globalização e a integração econômica trouxeram desenvolvimento, sem dúvida alguma. Porém, serão todos eles positivos? As camadas mais pobres da sociedade são alcançadas e usufruem deste desenvolvimento?

A América Latina permanece pobre e estagnada comparada aos países industrializados, algo de suma relevância e que deve ser levado em consideração. Qual é o papel do Brasil neste cenário? Existe uma saída para a instabilidade político-econômica brasileira? O que o Brasil deve fazer para mudar sua imagem e posição de “primo pobre” diante das grandes potências?

O objetivo geral deste trabalho é estudar se as crises econômicas já ocorridas e solucionadas no passado servirão como base e parâmetro para solucionar as crises mundiais atuais, tendo como objeto de estudo principal a crise econômica e política do Brasil.

A escolha deste assunto para desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso foi devido a atual conjuntura econômica que o país vive. O assunto se torna pertinente, já que possibilita a análise da situação e possíveis prospecções das mudanças para o futuro.

A Economia brasileira se recuperará? O que é preciso para que isso aconteça? Quais são os agentes econômicos envolvidos neste processo? Com a ajuda de escritores como Jeffrey A. Frieden e professores como Antônio Pedro Tota e Pedro Ivo de Assis Bastos; podemos dar início ao esboço de ideias.

2. CRISES, GUERRAS E SUAS INFLUÊNCIAS NA ECONOMIA MUNDIAL

O homem tem passado por situações que refletirão em seu comportamento diante da política, da economia, das disputas territoriais e do poder. Cada governo, cada política econômica; cada postura e posição adotadas se somaram e resultaram no caminho percorrido pela humanidade. Assim, é possível perceber como as grandes crises e guerras, podem levar um povo da derrocada ao apogeu e vice-versa. São nesses momentos de decisão e apreensão que surgem as grandes teorias, soluções, pensamentos e pensadores que guiaram a história.

Um bom exemplo disto são os acontecimentos que precedem a 1ª Guerra Mundial. Tudo começa em um ambiente criado ainda na Revolução Industrial e culmina em uma das maiores tragédias que o mundo já viu.

Durante os séculos XV, XVI, e XVII a burguesia associava-se à monarquia, como forma de desenvolver suas atividades comerciais e artesanais. O capitalismo, criado devido às expansões econômicas que ocorriam, começava a se impor. Baseado principalmente na propriedade privada das ferramentas, das fábricas e das matérias-primas (meios de produção), o capitalismo se desenvolvia com a ajuda da política mercantilista e da monarquia absoluta. Porém, com o tempo, o mercantilismo, rigidamente protecionista, mostrava ir contra aos interesses de expansão capitalista; o que leva a conclusão de uma crise eminente, prestes a eclodir.

É neste período, que a Inglaterra conhecerá a pré-revolução industrial: os empresários se utilizavam do trabalho dos camponeses que ficavam em suas casas “fabricando” fios e tecidos em suas “máquinas” primitivas. Os empresários compravam sob encomenda e vendiam a preços bem mais altos para o mercado, nas cidades. Isso proporcionou as primeiras condições para a futura industrialização.

A Inglaterra obtinha seus lucros da exploração do comércio de escravos para as colônias da América, como o Brasil e o Sul dos Estados Unidos; e a pirataria. Além disso, o processo de enriquecimento do país levou-o a revoluções na agricultura e o emprego da mão de obra assalariada; e a ampliação do mercado interno. Aos poucos era possível reduzir as importações e as pequenas fábricas fecharam.

O mercado externo se abria e a necessidade de aumento da produção fez surgir novas técnicas. Assim, em 1770, apareceu a máquina de fiar. Em 1779, implanta-se o uso de um

invento que se tornou a marca registrada da Revolução Industrial: a máquina a vapor de James Watt.

A partir daí surge a fábrica moderna. Tudo o que havia acontecido antes, no que se referia à fabricação de produtos, parecia brincadeira. Os tempos de produção foram reduzidos e houve aumento no volume de fabricação. Ocorre a explosão dos centros urbanos e pela primeira vez na história da humanidade existem mais habitantes nas cidades do que no campo. Surge a figura do operário urbano. A vida era difícil, as condições de moradia e alimentação eram precárias, os salários baixos, o que com o passar do tempo despertasse a consciência dos trabalhadores, de que seus interesses eram antagônicos aos dos “patrões”. Dessa consciência, nasceram os sindicatos e depois os partidos operários.

Simultaneamente a Revolução Industrial, surge uma nova corrente de pensamentos na França: O Iluminismo. O Iluminismo, uma revolução intelectual, foi o desenvolvimento de novas ideias que criticavam o mercantilismo, o absolutismo e as explicações religiosas da concepção do mundo. Teorizava-se sobre um mundo novo que corresponderia ao início da Revolução Industrial e que seria completado com a Revolução Francesa. O movimento repercutiu por todo o mundo e teve influências sobre a Revolução Americana, que resultou na formação dos Estados Unidos.

O economista francês François Quesnay atacava a intervenção do Estado na economia e defendia a liberdade de comprar e vender onde cada um achasse mais conveniente.

Conforme Quesnay et al. (1767 *apud* TOTA; BASTOS et al., 1994, p. 89):

Que o soberano e a nação nunca percam de vista que a terra é a última fonte de riquezas e que é o agricultor quem as multiplica [...] Que a propriedade dos bens fundiários e das riquezas mobiliárias seja assegurada aos possuidores legítimos, pois a segurança da propriedade é o fundamento essencial da ordem econômica da sociedade (...)

Que uma nação que tem um grande território a cultivar e a facilidade de exercer um grande comércio dos gêneros agrícolas não alargue demasiadamente o emprego do dinheiro e dos homens às manufaturas e ao comércio de luxo, em prejuízo dos trabalhos e das despesas da agricultura; pois, preferencialmente a tudo, o reino deve ser bem povoado de ricos cultivadores (...) Que se favoreça a multiplicação dos gados, pois são eles que fornecem às terras o estrume que produz ricas colheitas (...) Que cada um seja livre de cultivar no seu campo as produções que o seu interesse, as suas faculdades e a natureza do terreno lhe sugiram para obter maior produção possível (...) Que se mantenha a mais inteira liberdade de comércio (...).

Surge o lema famoso dos fisiocratas - *laissezfaire, laissezpasser* (Deixar fazer, deixar passar).

Nesta altura da história, não era mais interessante para a sociedade, nem para os negócios e a política, que o monopólio comercial que existia entre metrópoles e colônias, continuasse. As transformações que vieram com a Revolução Industrial e Intelectual começaram a ecoar nas colônias e o primeiro sintoma da crise apareceu: foi a luta dos colonos americanos contra o domínio inglês, que resultou na Independência dos Estados Unidos.

2.1 UM NOVO MUNDO

Conforme Tocqueville et al. (1835 apud TOTA; BASTOS et al., 1994, p.89):

Os colonos americanos exerciam, desde o início, direitos de soberania. Nomeavam seus magistrados, concluíam a paz, declaram a guerra, promulgavam as leis, como se sua fidelidade só fosse devida a Deus.

Nas leis da Nova Inglaterra encontramos o germe e o desenvolvimento da independência local, que é a mola da liberdade americana dos nossos dias. Na América, pode dizer-se que o município foi organizado antes da comarca, a comarca antes do Estado e o Estado antes da União.

As colônias reconheciam a supremacia da pátria-mãe; a monarquia era a lei do Estado; mas a república estava já estabelecida em todas as pequenas localidades. Nas cidades da Nova Inglaterra não se adotava a lei da representação, mas os negócios da comunidade eram discutidos, como em Atenas, no mercado, por assembleia geral dos cidadãos (...).

Eclodia a revolução Americana, a doutrina da soberania do povo saiu das localidades, e tomou posse do Estado. Todas as classes foram alistadas na sua casa; foram travadas batalhas e obtidas vitórias: tornou-se a lei das leis.

O impacto provocado pelas Revoluções modificou não só o perfil da sociedade europeia e mundial, como também deu origem a novas formas de ver, sentir e pensar. Agora, as premissas se assentavam nas ideias liberais e as teorias econômicas do século XIX constituirão uma tentativa de explicar a sociedade daquela época.

As teorias econômicas nascem com Adam Smith e suas ideias significam um marco na história do conhecimento. Suas teorias, ao analisar apenas os aspectos econômicos da

sociedade e ao construir essa análise de maneira coerente e a partir de justificativas sólidas, inauguram um novo campo do conhecimento que ganha a categoria de ciência: A Economia Política Clássica.

Smith aperfeiçoa a crítica dos fisiocratas afirmando ser o trabalho que cria a riqueza de uma nação. E vai mais além, quando diz que, para se aumentar essa riqueza, faz-se necessário provocar o crescimento produtivo do trabalho. Adam Smith defende a ideia segundo a qual, se cada indivíduo cuidar somente de seus interesses econômicos, a sociedade como um todo prosperará. E que relações de compra e venda, se regulariam pela lei da oferta e da procura. Encontra-se aí uma postura com princípio liberal: a não influência do Estado nas relações de mercado. Conhecidos como livre-cambismo, esses princípios propunham que se caísse por terra todas as restrições de monopólio.

Malthus, David Ricardo, Jean Baptiste Say, John Stuart Mill; foram alguns dos grandes pensadores de economia da época e que até hoje influenciam as decisões político-econômicas. Neste momento é possível perceber como as Revoluções e a Crise de interesses no sistema mercantil vigente, influenciaram no surgimento de novas ideias e no modo de viver de todo o mundo.

Porém, uma grande parte da sociedade vivia a parte desses pensamentos: A classe trabalhadora. A industrialização não traduzia uma melhora de vida aos operários. As moradias eram precárias, a jornada de trabalho de 14 a 16 horas e os salários eram ínfimos. A industrialização trouxe o desemprego e diminuiu o poder de barganha do povo. Começam então a eclodir manifestações e diversas sociedades de trabalhadores, que reivindicam entre outras coisas, o voto universal e a reforma social. Surge o Socialismo e dele uma nova gama de pensadores preocupados com a vida do trabalhador: Saint-Simon, Fourier, Owen; Karl Marx e até mesmo a Igreja Católica, lutavam pela regulamentação do trabalho feminino e infantil; e pelos salários mais justos.

Já na América do Norte, o pós-guerra trás a emergência de um novo país. Após a Independência dos Estados Unidos sob o julgo Inglês, começam a se formar os grandes grupos financeiros e industriais, como os Morgan, por exemplo, que enriqueceram durante o conflito. Enfrentando forte depressão, o movimento operário promove, em 1º de Maio de 1886, uma grande greve, que culmina na condenação a morte de quatro operários. E em sua homenagem é comemorado do Dia do Trabalho.

A população dos EUA cresce, surgem as grandes cidades como Nova York e em alguns anos, os Estados Unidos Despontam como uma das maiores potências modernas. Os Estados Unidos afirmam-se mundialmente, adquirindo tal destaque entre as nações que a sua intervenção se torna imprescindível na política internacional. Aparecem em vários conflitos envolvendo as potências imperialistas, principalmente no Oriente. E na Primeira Guerra Mundial sua atuação será de suma importância.

2.2 NEOCOLONIALISMO E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

A partir da Revolução Industrial, ocorre um desenvolvimento das forças produtivas. A sociedade esta voltada para o aperfeiçoamento de técnicas que viabilizem um maior rendimento do trabalho e não é coincidência que o conhecimento científico também é impulsionado neste momento. E em entre as suas buscas esta a causa dos males que afligem a humanidade, que via de regra, era patrocinados desde que os resultados viessem de encontro com os interesses econômicos.

Na segunda metade do século XIX o crescimento industrial tem seu apogeu e para que o capital se auto reproduza é necessária à venda de mercadorias. Mas os salários não sobem e há um impedimento do surgimento de um mercado consumidor que consiga absorver toda a produção. Cria-se um excedente.

A saída encontrada foi dominar outros países, transformando-os em colônias e obrigando-os a absorver esses excedentes. Desta maneira, além resolverem o problema da produção, os países da Europa aumentam seus lucros: obtém mão de obra barata, exploram os minérios desses países, adquirem matérias-primas mais baratas e, com o lucro obtido, aumentam os salários da classe trabalhadora metropolitana, estimulando o consumo e aplacando os movimentos reivindicatórios. Começa assim uma corrida desesperada para abocanhar uma fatia da África e da Ásia. Veja o que diz o discurso de um famoso colonialista- Chamberlain.

Conforme Chamberlain et al. (1896 apud TOTA;BASTOS et al., 1994, p.131):

(...) Sentimos hoje que o nosso governo sobre esses territórios não pode justificar-se se não mostrarmos que ele aumenta a felicidade e a prosperidade do povo, e

afirmo que o nosso governo efetivamente levou a esses países, que nunca tinham conhecido esses benefícios, a segurança, a paz e uma prosperidade relativa. Prosseguindo nesta obra de civilização, cumpramos o que penso ser a nossa missão nacional, e encontraremos nessa empresa em que exercer aquelas qualidades e aquelas virtudes que fizeram de nós uma grande raça governante (...).

Mas basta uma consulta ao mapa da época, para compreender porque a Alemanha se encontrava insatisfeita frente à nova divisão do mundo colonial. Embora atrás na disputa colonial, a Alemanha se sentia injustiçada, pois também necessitava de matéria-prima para alimentar suas indústrias. A Alemanha deixava claro que estava disposta a ir à guerra se não houvesse uma revisão da partilha. Receosa, a França assinou um tratado de aliança com a Inglaterra e essa aliança era sintomática. O poder da Alemanha crescia a olhos vistos. A Siemens e a AEG, no setor elétrico pesado, a IG-Farben, no setor químico, e a Krupp e Stinnes, no setor metalúrgico e bélico, haviam aparecido há pouco e já dominavam o mercado, pois seus produtos eram vendidos no mundo inteiro. Além disso, metade do transporte marítimo mundial, estava nas mãos de dois trustes alemães. Essa posição da Alemanha ameaçava a Inglaterra. Era uma questão de tempo para uma guerra começar. Formaram-se alianças: Tríplice Aliança e Tríplice Entente e o teatro de operações e inovações bélicas se iniciava.

2.3 O MUNDO PÓS-GUERRA E AS CONCLUSÕES

A primeira Guerra Mundial revelou que a Europa já não era mais o centro das decisões mundiais e o poder havia sido transferido para os Estados Unidos. A guerra mostrou a grande crise do sistema capitalista e um novo modo de produção que não visava o lucro: o socialismo. O mundo havia sido dividido entre esses dois sistemas e o questionamento era sobre as premissas do liberalismo, tanto econômicas como políticas.

O mundo inteiro acreditava ser aquela a última guerra envolvendo homens, máquinas e destruindo bens matérias e vidas. Porém, contradições continuavam latentes e ao assumirem maior proporção, estas contradições explodem vinte e cinco anos depois, e de forma mais violenta ainda.

A história ganha agora dois novos personagens: um representando a nova possibilidade do capitalismo, os Estados Unidos; e o outro representando uma nova alternativa para as relações sociais, políticas e econômicas- o socialismo, ou seja, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

O primeiro conflito mundial leva o capitalismo a uma grande crise, cujo cerne reside no questionamento das premissas do liberalismo, tanto econômicas como políticas. A nova conjuntura política favoreceu o surgimento das premissas de governos autoritários e ditatoriais, mas também o surgimento de constituições liberais, como o voto às mulheres e a jornada de trabalho reduzida para 8 horas, na Inglaterra e na França, respectivamente.

2.4 O PERÍODO ENTRE GUERRAS

A 1ª Guerra Mundial levou o mundo ao “crash” de 1929. É difícil entender isso, quando se analisa alguns dados da época. As perdas materiais e humanas do EUA foram insignificantes comparadas aos outros países.

Países como Itália, a França e a Inglaterra ficaram devendo aos EUA grandes somas em dólares, decorrentes dos empréstimos e vendas de armas e alimentos. O país acumulava riquezas, o que gerou um alto índice de crescimento da indústria e da agricultura. A década de 20 foi um período de euforia e prosperidade que sugeria o resto do mundo que o modelo americano de vida (*American way of life*) era o melhor possível.

As grandes indústrias americanas não paravam de produzir. Tudo era consumido. Os automóveis eram vendidos a prazo. Em 1929, um em cada cinco habitantes dos EUA tinha automóvel, enquanto na Europa a proporção era de um para 95. Em 1926, os americanos ouviam os mais variados programas pelos mais de sessenta milhões de aparelhos de rádio. As cidades cresciam graças à aplicação de capital que se fazia no setor imobiliário. Grandes edifícios surgiram da noite para o dia onde antes havia pequenas e modestas casas. Toda essa riqueza foi fruto do trabalho dos operários americanos (TOTA; BASTOS, 1994, pg.151).

Os EUA era o país mais forte e mais rico do mundo; a quem todos deviam dinheiro.

Quando os países quiseram se defender da invasão de mercadorias americanas, fazendo-as pagar altos impostos, os capitalistas dos EUA passaram a se associar às empresas europeias, burlando o protecionismo.

Nas relações exteriores, o período ficou conhecido por política do isolacionismo. Isso quer dizer que os EUA não interfeririam nos conflitos políticos dos países europeus.

Os EUA era o modelo de país capitalista, sem revoluções, poderia acabar com a pobreza. No entanto, em outubro de 1929, com o estouro da Bolsa de Valores de Nova York, tudo entrou em colapso: começava a crise do capitalismo.

2.5 A CRISE DE 1929

A crise de 1929 foi caracterizada pela superprodução. As indústrias produziam acima da capacidade de absorção do mercado. Gerava-se grande especulação nas bolsas de valores. O valor das ações passou a não corresponder ao capital das empresas. Depois da euforia, as ações desvalorizaram até não valerem quase nada. No dia 24 de outubro de 1929, conhecido como a “quinta-feira negra”, a Bolsa de valores de Nova York quebrou, isto é, ninguém conseguiu vender suas ações, pois não valiam mais nada. Bancos foram à falência. O preço dos produtos agrícolas caiu, arruinando granjeiros e fazendeiros.

Com isso, as grandes indústrias diminuíram a produção e as médias e pequenas indústrias faliram. Aos poucos, os EUA tinham mais gente desempregada do que empregada.

Tornou-se um caos. Explodiram revoltas. A fome se tornou constante nas casas dos operários e pequenos agricultores.

Conforme Huberman et al. (1936 apud TOTA;BASTOS et al., 1994, p.152):

Quais haviam sido as causas da crise de 1929? Só havia uma causa- o sistema de produção. Todas as explicações em termos de sistema monetário, especulação, distribuição de riquezas, progresso tecnológico, desaparecimento das fronteiras, efeitos retardados da Primeira Guerra Mundial, e mais cem outros motivos que os economistas tentam encontrar, perdendo assim o seu tempo, não atingem o objetivo. Porque eles confundem os sintomas com a moléstia. Sim, havia qualquer coisa errada no sistema monetário. Certamente que tinha havido muita especulação. A renda era mesmo mal distribuída. Não havia dúvida que o progresso tecnológico tinha se desenrolado numa velocidade nunca vista. (...) Havia uma única doença de que sofria a América: capitalismo, em sua forma mais aguda e concentrada.

A América era o país mais rico do mundo. Os bancos e corporações americanos eram os maiores do mundo. Em nenhum outro lugar os Grandes Negócios estavam mais firmemente entrincheirados. Em nenhum outro lugar o processo de concentração tinha ido tão longe. Em nenhum outro lugar havia fortunas tão grandes.

E junto com o nababo, havia o lazarento.

O país mais rico do mundo tinha cortiços que podiam competir com os piores do Velho Mundo. Os negros, que constituíam quase um décimo da população, estavam em situação tão precária nas cidades grandes como nas fazendas, onde a escravidão não era somente uma lembrança do passado. Os trabalhadores estavam

sempre sendo levados a trabalhar mais e mais, pelo mesmo salário, ou por um salário menor ainda (...).

Refletindo um pouco diante dessas informações, é possível observar que o sistema capitalista, ao longo de sua existência, tem passado por constantes crises; e a de 1929 foi uma delas. Até então, a mais aguda. Mas, porque acontecem essas crises?

O sistema capitalista produz visando primeiramente o lucro e depois a necessidade do consumidor. Portanto, produzem-se mercadorias que dão lucro. Mas os salários não sobem na mesma proporção que a produção. Isso faz chegar a um momento em que não se tem dinheiro para comprar os produtos.

Em consequência, os preços começam a baixar e mesmo assim os produtos ficam armazenados, pois as pessoas não tem dinheiro nem para comprar barato. As indústrias fecham, os operários são demitidos. Gente sem comprar aumenta a crise. Surge o efeito dominó.

Qual foi a solução encontrada em 1929? O New Deal.

O descontentamento dos operários e da classe média com a crise e a política do governo levou o democrata Franklin Delano Roosevelt ao poder em 1932. O presidente propôs um plano econômico para recuperar a indústria, o comércio e a produção de alimentos, dando alguma esperança aos 15 milhões de desempregados. Roosevelt transformou totalmente as velhas concepções de política econômica e inaugurou a era do capitalismo monopolista.

A política de reformas do presidente Roosevelt, que ficou conhecida como New Deal, isto é, “Nova Distribuição” (de renda), baseava-se em várias medidas práticas:

- Amplo programa de obras públicas (estradas, hidrelétricas etc) para dar emprego aos operários;
- Pagamento de indenização para os fazendeiros destruírem o excedente de produção, fazendo os preços subirem;
- Instituição do seguro-desemprego (Social Security Act), para ajudar os desempregados;
- Estímulo á recuperação das indústrias, que previa o aumento de salários e a diminuição das horas de trabalho semanais, fazendo com que o poder aquisitivo do povo aumentasse e restaurando seu poder de compra.

Além disso, neste período Roosevelt propôs uma nova relação entre empregados e capitalistas.

A mesma coisa ocorre na Europa. Tanto na Inglaterra, como na França (países assolados pela guerra e esmagados pela crise), a solução foi novos governos, que adotaram medidas protecionistas, de investimento no próprio país, como: elevação de salários férias obrigatórias, semana de 40 horas e a nacionalização de indústrias e bancos.

Na Itália e na Alemanha, o capitalismo valeu-se de ditaduras para solucionar a crise social e econômica. Fenômenos semelhantes ocorrem em Portugal, Espanha, Bulgária, Turquia, Polônia, Iugoslávia e Grécia. Conheceremos o Fascismo e o Nazismo. Isso nos faz perceber que, na maioria das vezes, a política será o estopim para o início de vários acontecimentos da história. Líderes revolucionários levaram o mundo a melhorias econômicas, mas também a 2ª Guerra Mundial.

A 1ª Guerra Mundial impulsionou a industrialização da América Latina, pois os países da Europa se viram obrigados a importar mais matérias-primas e alimentos, trazendo saldos positivos para a balança comercial latino-americana. O surto industrial foi mais impulsionado ainda com a crise de 1929.

O Brasil também passou por uma revolução em 1930. O regime liderado por Getúlio Vargas estendeu-se até 1945 e acelerou a industrialização do país, estimulando setores base, como: aço, petróleo, energia elétrica e etc. Nada comparado aos EUA e Europa, já que se baseava em capitais estrangeiros, tornando-se dependente.

Tudo é uma reação em cadeia, entre política e economia. A recuperação à 1ª Guerra Mundial e as decisões tomadas para isso, nos levará a 2ª Guerra, devido, justamente, aos comandantes que sobem ao poder. A escolha do líder a governar é decisiva para o futuro de uma nação, e muitas vezes, do mundo.

Conforme Knebel; Bailey et al. (1960 apud TOTA; BASTOS et al., 1994, p.173):

Para os que lá estavam e sobreviveram, a lembrança do instante em que o homem, pela primeira vez, desencadeou contra si mesmo as forças naturais de seu universo é de um relâmpago de pura luz, ofuscante e intensa, mas de uma terrível beleza e verdade (...). Se houve algum som, ninguém o ouviu.

O relâmpago inicial gerou uma sucessão de calamidades. Primeiro veio o calor. Durou apenas um instante mas foi de tal intensidade que derretei os telhados, fundiu os cristais de quartzo nos blocos de granito, chamuscou os postes telefônicos numa área de 3 quilômetros e incinerou os seres humanos que se achavam nas

proximidades. Tão completamente que nada restou deles, a não ser suas silhuetas, gravadas a fogo no asfalto das ruas ou nas paredes de pedra.

Depois do calor veio o deslocamento de ar, varrendo tudo ao seu redor com a força de um furacão soprando a 800 quilômetros por hora. Num círculo gigantesco de mais de 3 quilômetros, tudo foi reduzido a escombros.

Em poucos segundos o calor e o vendaval atearam milhares de incêndios. Em alguns pontos o fogo parecia brotar do próprio chão, tão numerosas eram as chamas tremulantes geradas pela irradiação do calor.

Minutos depois da explosão começou a cair uma chuva estranha. Suas gotas eram grandes e negras. Esse fenômeno aterrador resultava da vaporização da umidade da bola de fogo e de sua condensação em forma de nuvem.

À medida que a nuvem, formada de vapor de água e dos escombros pulverizados de Hiroshima, atingia o ar mais frio das camadas superiores, condensava-se, caindo sob a forma de 'chuva negra' que não apagava os incêndios, mas aumentava o pânico e a confusão (...).

Depois da chuva veio o vento – o grande vento de fogo -, soprando em direção ao centro da catástrofe e aumentando de violência à medida que o ar de Hiroshima ficava cada vez mais quente. O vento soprava tão forte que arrancava árvores enormes nos parques onde se abrigavam os sobreviventes. Milhares de pessoas vagavam às cegas e sem outro objetivo a não ser fugir da cidade de qualquer maneira. Ao chegarem aos subúrbios, eram tomadas, a princípio, por negros e não japoneses, tão enegrecidas estavam. Os refugiados não conseguiram explicar como foram queimados. “‘Vimos um clarão’, contavam, ‘e ficamos assim’.

A citação acima, nos mostra os horrores que a Bomba Atômica de Hiroshima traz ao mundo e como a guerra pode alterar os rumos da humanidade e as formas de pensar.

3. SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: CONSEQUÊNCIAS

A Europa perdeu a hegemonia sobre o mundo depois da 2ª Grande Guerra. Todo o centro das decisões econômicas e políticas passaram para os EUA e URSS.

Para se recuperar, a Europa teria que contar com um plano de ajuda norte-americano. Mas o surgimento de várias nações Socialistas criou novos centros de tensão no mundo. A vitória dos Comunistas na China aumentou o temor de que o Socialismo se expandisse. Portanto, iniciaram-se a formação de blocos que queriam aumentar suas áreas de influência: de um lado os EUA tentando manter a situação e, de outro, a URSS querendo se defender e divulgar o Socialismo. A essa tensão entre os dois blocos deu-se o nome de Guerra Fria.

Com os Estados Unidos como centro vital do capitalismo mundial, impunha-se cada vez mais a necessidade de integração econômica dos países europeus; formou-se então o Mercado Comum Europeu.

O fim da guerra apresentava uma Europa desolada: países arrasados por 6 anos de guerra, fome e desemprego. Os países não tinham dinheiro para iniciar sua reconstrução. Nessas condições surgiam agitações sociais, colocando em risco a sobrevivência do próprio sistema capitalista.

Percebendo o “perigo”, os EUA saíram em defesa de seus interesses nesse continente, aprovando o Plano Marshall, que estabelecia ajuda de 17 bilhões de dólares aos países devastados pela guerra. O que, em pouco tempo, apresentou resultados: só nos dois primeiros anos a economia europeia cresceu em média 25%. Porém, os europeus tomaram consciência da fraqueza relativa de sua economia frente ao capital americano.

A reconstrução econômica deixava os países na incomoda situação de dependência, que se tornou mais nítida com a desagregação dos velhos impérios coloniais.

A solução para isso era uma integração econômica a nível continental que criasse os recursos financeiros necessários para prosseguir com o crescimento econômico de cada país. Assim, em 1957, surge o Mercado Comum Europeu. Já os países da Europa Oriental, ao contrário do que muitos previam, apresentava surpreendente crescimento econômico, imprimindo um ritmo particularmente intenso ao processo de industrialização de suas economias.

O fim do conflito foi marcado pela tentativa dos países aliados de instaurar uma política de paz duradoura. Criou-se, então, um organismo para coordenar as diretrizes para a manutenção da paz, a Organização das Nações Unidas (ONU).

3.1 A AMÉRICA LATINA DEPOIS DA GUERRA

Após a guerra, países como o Brasil, a Argentina e o México não puderam mais ser vistos como simples produtores de matérias-primas e alimentos para a exportação.

Aos poucos, a velha divisão internacional de trabalho, que implicava na América Latina fornecedora de matéria-prima e receptora de produtos manufaturados, tendeu a desaparecer. Surgiram as empresas multinacionais, que passaram a controlar o novo processo produtivo. Formou-se, portanto, uma nova dependência.

3.2 O MURO VEM ABAIXO

A guerra fria começa a perder força em 1970. O comunismo estava em crise e não conseguia acompanhar o capitalismo. A economia soviética estava estagnada e a população vivia problemas de desemprego e desabastecimento de itens básicos.

Assim, em 1980, o líder Mikhail Gorbachev dá início as duas grandes reformas. Na política, a glasnot (transparência) abrandou a censura. Na economia, a perestroika (reestruturação) estabeleceu limites a propriedade privada e liberou a instalação de empresas privadas.

Em 1989, o governo da Alemanha Oriental não conseguiu mais deter as manifestações populares pela abertura das fronteiras e desistiu de proteger o Muro de Berlim. Assim, a Alemanha inicia seu processo de reunificação, concluído em 1990.

Em 31 de Dezembro de 1991, a URSS deixou de existir e surge uma nova ordem mundial, onde os Estados Unidos são a principal potência internacional. Aqui tem início a globalização, caracterizada pela interdependência entre mercados, governos e movimentos sociais do mundo todo.

O triunfo do capitalismo como sistema econômico dominante sobre os antigos países comunistas reforça a ideia de que a economia se regular-se pela lei da oferta e procura, sem intervenção do Estado. É o neoliberalismo. O mercado mundial se expande, com a

entrada das ex-nações comunistas. Mas a desigualdade entre países ricos e pobres se mantem.

4. A CRISE DE 2008

Para entender as causas da crise é preciso voltar alguns anos, isto porque o mercado financeiro, que movimenta centenas de trilhões de dólares por ano, é muito complicado.

Em 2001 a taxa de juros básica dos Estados Unidos, fixada pelo Fed Banco Central, entra em janeiro de 2001 em 6,5 %, mas vai sendo reduzida até 1,75% ao ano, com o objetivo de estimular a economia norte-americana, que estava em recessão, ou seja, com diminuição na atividade econômica.

Os juros são uma taxa percentual paga sobre o valor de um empréstimo. Quando o governo derruba a taxa básica de juros (no Brasil, SELIC), acaba induzindo uma redução geral dos juros praticados por bancos e financeiras, estimulando assim, os consumidores a comprar (pois as prestações ficam menores), aos empréstimos ficarem mais baratos e as empresas a produzir (pois elas também tomam dinheiro emprestado), e, além disso, ampliam a produção para atender à demanda crescente de consumidores.

Aí você pode se perguntar: “ E por que as taxas não estavam baixas antes?”. O principal motivo é que, atualmente, os dirigentes dos bancos centrais pelo mundo – e, no caso específico, a direção do Fed – acreditam que, se há um forte movimento de compra por parte da população, contínuo e prolongado, os setores produtivos (indústria e agricultura) não conseguem atender à demanda, e começa a haver falta de produtos e elevação dos preços. Isso então levaria à alta da inflação, que acaba desvalorizando os salários e os preços e desorganizando a economia. Por isso, em sua política monetária, usam a taxa de juros para tentar controlar oferta de crédito, o consumo e a inflação.

Outro detalhe: o banco central fixa a taxa básica de juros, e, sobre ela, os bancos colocam mais um tanto para determinar a taxa que cobra dos próprios clientes. Boa parte do lucro dos bancos e de quem vende a crédito sai dos juros pagos pelos consumidores.(ZOCCHI; JONES, 2009, p.100).

A partir de 2001 o Banco Central dos EUA baixou os juros, justamente para estimular a economia, incentivando o consumo e a produção.

Até essa época, o financiamento de imóveis nos Estados Unidos era concentrado numa camada chamada de “prime”, ou seja, pessoas de alta renda e com capacidade de quitar as prestações de imóveis. Quando os juros caíram, que pesam bastante em financiamentos de longo prazo, foram concedidos muitos empréstimos para a compra de casas a pessoas

de menor poder aquisitivo- conhecidos como “subprime”. Isso impulsionou a expansão no país da construção civil e do mercado imobiliário.

Os financiamentos chegaram a ser de 30 anos. Enquanto os juros estavam baixos, entre 2001 e 2004, tudo funcionava bem. A taxa de juros nesta época ficava entre 1,75% e 1% ao ano.

Entre 2002 e 2003 os empréstimos imobiliários foram se multiplicando e a cada mês, essas operações se tornaram bastante lucrativas para bancos e empresas de crédito imobiliários. Além disso, as prestações pagas criavam fundos para os bancos emitirem e negociarem títulos no mercado financeiro, oferecendo como garantia as prestações a ser paga dos empréstimos “subprime”. Isso gerou o surgimento de uma “bolha especulativa”: tomando como base os títulos negociados, as instituições financeiras emitem mais títulos, que são reunidos em carteiras, gerando novos títulos, e o valor total dos negócios vai sendo multiplicado várias vezes.

Com a ampliação do crédito imobiliário, cresceu a procura de casas e apartamentos. Com o aumento da demanda, os imóveis valorizaram. As aplicações na construção civil também se tornaram ótimo negócio, atraindo capitais do mundo todo, movimentando mercado.

Em 2004 a economia norte-americana passa a registrar sinais de inflação. Uma das fontes da inflação é o endividamento norte-americano, devido aos cortes nos impostos das rendas mais altas- que havia sido feito pelo presidente Bush para impulsionar a economia- e aos gastos com a guerra, após 11 de Setembro de 2001.

Para combater a inflação, o banco central elevou a taxa básica de juros. Outro motivo foi incentivar a procura mundial por títulos em dólares buscando frear a queda da moeda norte-americana no mercado internacional. Porém, uma das consequências da subida dos juros é a de que o valor das prestações de empréstimos imobiliários é atrelada a essa taxa, fazendo com que as prestações fiquem mais caras.

Entre 2006 e 2007 houve o aumento da taxa de juros para 5,25% ao ano, muitos compradores não conseguiram mais pagar os empréstimos. E quando se faz um empréstimo imobiliário, a garantia é o próprio imóvel comprado.

Assim, os bancos começaram a tomar de volta os imóveis, promovendo despejos e recolocando casas e apartamentos a venda. Com o aumento súbito da oferta de imóveis, somado ao encarecimento dos empréstimos, derrubou o preço dos imóveis. Com isso, como muitos empréstimos deixaram de ser pagos, e o valor dos imóveis dados como

garantia despencou, os títulos com base nos empréstimos perderam valor rapidamente, causando grandes prejuízos a bancos e as empresas imobiliárias.

O resultado dessa situação, chamado de “crise subprime”, estourou em julho de 2007: milhões de pessoas ficaram sem casa ou ameaçadas de perdê-las; bancos e financeiras ficaram sem condições de conceder novos empréstimos, e a construção civil paralisou. As bolsas de valores despencaram no mundo todo e havia forte suspeita sobre a saúde econômica dos bancos. Para que não houvesse uma quebra mundial das bolsas. O Banco Central americano e de outros países, injetou 400 bilhões de dinheiro público nos mercados monetários. Com a falta de confiança, há falta de crédito.

Em 2008 começa os efeitos da crise. Quando o setor dos imóveis parou, pareceu uma boa opção para milhares de investidores, os fundos de companhias que compram e vendem commodities- que vinham apresentando bons resultados nos anos anteriores.

Com o aumento da procura pelos grãos, houve uma alta na cotação internacional, encarecendo os cereais- base da alimentação da população mundial- levando mais de 20 nações pobres a uma crise alimentar. Com isso, surgiram rebeliões e protestos.

Em março, o Bear Stearns, quinto maior banco de investimos dos EUA, começou a dar sinais de colapso. O medo dos investidores agravou a situação dos bancos e provocou uma nova queda nas bolsas de valores.

O estopim da crise ocorreu em setembro, com a quebra do quarto maior banco de investimentos dos EUA, o Lehman Brothers. A quebra do Lehman afetou diretamente outros bancos, fundos de pensão e empresas ligadas a ele nos EUA e no exterior; abalou todo o mercado mundial. O mercado de empréstimos em dólar parou totalmente.

Diante dos riscos globais, os governos das principais potências, injetaram trilhões de dólares de dinheiro público para auxiliar empresas em dificuldades, e evitar novas quebras.

5. O APROFUNDAMENTO DA CRISE E A GLOBALIZAÇÃO

A economia moderna é complexa e compõe uma rede internacional. Com a globalização há uma interligação entre as economias de todas as nações, os capitais movem-se em grande velocidade; bancos e empresas se associam e se afundam em diferentes países e continentes, e uma crise iniciada nos Estados Unidos, a economia mais poderosa do planeta- responsável por cerca de um quarto de tudo o que é produzido no mundo-, afeta todos os mercados em questão de horas.

O aprofundamento da crise provocou algo como um maremoto global, mas, em meio ao aparente caos, há série de fatos a se destacar:

- A falta de crédito: com a quebra do banco Lehman, os outros bancos deixaram de emprestar dinheiro, ou seja, de dar crédito, paralisando um dos motores da economia. Tanto empresas quanto consumidores precisam de crédito para as suas atividades econômicas cotidianas.

- Recessão: A falta de crédito empurra a economia global para a recessão, ou seja, para a redução da produção nacional. O ideal seria que a atividade econômica de cada país crescesse, produzindo mais e ficando mais ricas. Porém, com a recessão a atividade econômica se contrai e a produção encolhe. Isso reduz a riqueza e leva os países a dificuldades.

- Desemprego: Com a redução da atividade econômica e o faturamento dos empresários em queda, a tendência é o aumento do desemprego, devido aos cortes nos custos. Isso só reforça a paralisia do mercado, com o baixo poder de compra das pessoas.

A solução: Os Agentes econômicos buscaram agir de forma coordenada para combater a crise. Os governos injetaram trilhões de dólares para salvar os bancos. As autoridades econômicas reduziram drasticamente as taxas de juros para estimular as economias. Nos EUA, as taxas de juros desceram a 0%; no Reino Unido, caíram para o nível mais baixo em 50 anos e na China houve o maior corte de juros em 11 anos.

Apesar de tudo, 2008 entrou para a história como a pior crise desde que acabou a 2ª Guerra Mundial.

6. BRASIL: A TRANSFORMAÇÃO DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL

A segunda metade do século XVIII foi marcada por transformações profundas nas relações internacionais devido às influências das revoluções Industrial e Francesa. Surgia o capitalismo nas Américas.

Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, o sistema colonial começou a sofrer críticas. Os monopólios e privilégios comerciais atrapalhavam os interessados na produção de mercadorias em larga escala. Os setores industriais passaram a defender o trabalho assalariado sobre o trabalho escravo, a livre concorrência e o livre comércio, bases da nova ordem capitalista.

Começam as manifestações contra a excessiva rigidez de Portugal e a procura pelo rompimento do pacto colonial.

Conforme Koshiba; Pereira et al. (1996 apud MATOS; NUNES et al., p.69):

A exploração colonial ativou a economia europeia, possibilitando a Revolução Industrial, iniciada pioneiramente pela Inglaterra. Acontece que o capitalismo industrial era incompatível com as barreiras mercantilistas, ou seja, com o regime de exclusividade da metrópole e com o regime escravista do trabalho.

Nas duas décadas finais do século XVIII ocorreram dois movimentos de oposição ao pacto colonial: a Inconfidência Mineira (1789) e a Inconfidência Baiana ou Conjuração dos Alfaiates (1798).

A Inconfidência Mineira ocorreu em Vila Rica, atual Ouro Preto, como a primeira grande manifestação das contradições do sistema colonial no Brasil.

Os “conspiradores” desejavam o rompimento com a metrópole e, no plano econômico, defendiam um projeto que compreendia: livre produção baseada no desenvolvimento das manufaturas têxteis, siderúrgicas e fábricas de pólvora, estímulos à produção agrícola e liberdade comercial com eliminação do monopólio metropolitano.

6.1 A CRISE DO IMPÉRIO

Todos os movimentos e manifestações que proliferaram na América nas últimas décadas do século XVIII tinham um ponto central em comum: a liberdade do comércio.

As três conjuras (mineira, carioca e baiana) manifestaram contradições do antigo sistema colonial e dentro do novo contexto capitalista, aceleraram o processo de emancipação do Brasil.

Com a vinda da Corte para cá, o Brasil passou a ocupar a categoria de Reino Unido, o que, não evitava os problemas econômicos; sendo mais agravados ainda com a crise europeia, o declínio da revolução açucareira e algodoeira e os altos impostos. Tudo isso estimulou a Insurreição Pernambucana de 1817.

Diante das pressões, a liderança do Partido Brasileiro- representada por José Bonifácio de Andrada e Silva- e a dos liberais radicais- chefiados por Joaquim Gonçalves Ledo- uniram-se para articular a separação do Brasil.

Assim, a 9 de janeiro de 1822, Dom Pedro respondeu com “Fico” às exigências das Cortes para retornar a Portugal. Dom Pedro, assim, aproximava-se do Partido Brasileiro. E, 13 de Maio, Dom Pedro recebeu o título de Defensor Público do Brasil. Em junho, convocava eleições para uma Assembleia Constituinte. A ruptura definitiva ocorreu com a intimação das Cortes, exigindo a presença imediata do príncipe regente em Portugal e ameaçando-o com tropas portuguesas para forçar seu retorno à metrópole. Essa radicalização portuguesa tornou a separação inevitável: a 7 de setembro de 1822, Dom Pedro proclamava a independência do Brasil, e no dia 1º de dezembro foi coroado como Dom Pedro I, Imperador do Brasil. Porém, as contradições políticas, econômicas e administrativas de Dom Pedro ao longo de seu governo, aceleraram conflitos sociais.

As dificuldades de Dom Pedro em administrar as crises sucessivas eram evidentes, mas ele não era o núcleo das crises. A questão essencial era a manutenção da estrutura escravocrata e do modelo agroexportador.

Em 1828 o Brasil perdeu o território da Cisplatina, um conflito que aprofundou as dificuldades financeiras do país. Em 1829, a falência do Banco do Brasil demonstrava o desastre da administração financeira, com os empresários e a emissão de papel-moeda desvalorizando o dinheiro brasileiro e provocando aumento dos preços. O descontentamento da população pauperizada das camadas médias manifestou-se nos constantes protestos de rua contra a política econômica do governo. Até quem em 7 de Abril de 1831, Dom Pedro renunciou à monarquias do Brasil, tornando-se Pedro IV, rei de Portugal.

6.2 O BRASIL NOS CONFLITOS

Paralelamente a essas crises internas, o governo brasileiro envolveu-se, a partir de 1850, em problemas externos, gerados pela importância da posição geográfica, econômica e política, ocupada nas Américas, sobretudo a do sul. A região que hoje forma a Argentina, Paraguai e Uruguai que constituíam o Vice Reino da Prata, não eram de interesse da coroa espanhola, possibilitando a expansão da colonização portuguesa, rompendo o Tratado de Tordesilhas.

A emancipação política do Vice Reino da Prata era interessante ao Paraguai, Uruguai, Brasil e interior da Argentina, porém, não interessava aos comerciantes portenhos (de Buenos Aires).

Para defender seus interesses, o Brasil interveio militarmente no Uruguai contra os interesses dos pecuaristas Uruguaios e dos Argentinos.

A intervenção militar brasileira no Uruguai se efetivou quando os gaúchos denunciaram a invasão de suas terras. Em 1851, os soldados brasileiros em conjunto com o grupo de Frutuoso Rivera, venceram a guerra.

Porém, os tumultos não pararam e a inquietação contra o ditador Argentino Rosas, explodiu em novembro de 1851, quando tropas brasileiras, aliadas às do general Urquiza (da Argentina), derrubaram-no do poder.

Com a derrubada de Rosas, os blancos do Uruguai aliaram-se ao Paraguai, iniciando uma nova guerra, por terra e mar. Em 1869, Assunção (capital do Paraguai) foi invadida. Em 1970 foram eliminados os focos finais da resistência paraguaia. Depois da guerra, o Paraguai desfigurou-se como país, ficando totalmente arruinado; nunca mais se recuperou, até os dias atuais. A Argentina consolidou sua hegemonia e o Uruguai ficou dividido entre os interesses argentino-brasileiro.

A guerra resultou no agravamento da situação socioeconômica e política, pois aumentou a relação de dependência com a Inglaterra, provocado pelo crescimento da dívida externa. Chegava ao fim à monarquia.

6.3 MOVIMENTOS SOCIAIS AGITAM O PAÍS

Foi dentro desse contexto de crise econômica (nenhum produto agrícola conseguiu ser sustentáculo do Império; só o café, a partir de 1840) e política (ausência de um monarca,

pois Dom Pedro I transferiu-se para Portugal e seu herdeiro, Dom Pedro de Alcântara, tinha seis anos em 1831) que foram deflagradas as 'revoltas regenciais' de 1831 a 1840: Cabanagem (Pará), Farroupilha (Rio Grande do Sul), Balaiada (Maranhão) e Sabinada (Bahia).

Os movimentos foram controlados por Dom Pedro I e ocorreram num período de consolidação do Estado Nacional brasileiro, servindo como meio de ruptura do colonialismo. Nesse confronto, as camadas populares foram frequentemente manipuladas pelos proprietários. No entanto, também reivindicavam melhoria de suas condições de sobrevivência.

A partir de 1840 iniciou-se a implantação da economia cafeeira. Um conjunto de fatores favoráveis- como o crescimento das exportações de café, o aumento das taxas alfandegárias pela tarifa Alves Branco, a abolição do tráfico negreiro, a vinda de imigrantes europeus a partir de 1850- permitiu a urbanização e o lento desenvolvimento da indústria. Esse surto industrial foi, entretanto, efêmero, pois a partir de 1860 a Lei Silva Ferraz (anulando os aumentos alfandegários) provocou retração no mercado interno e iniciou uma série de falências dos pequenos setores fabris brasileiros.

Mas um novo surto industrial originou-se a partir de 1870, estendendo-se até os fins do século XIX. Os investimentos exigidos pela Guerra do Paraguai, a manutenção do exército, o crescente trabalho assalariado e a expansão cafeeira estimularam esse surto.

De 1889 a 1930 a economia brasileira desenvolveu-se basicamente graças ao acúmulo de capitais oriundos do setor cafeeiro associado aos investimentos estrangeiros. O preço pago foi a manutenção da estrutura latifundiária e da monocultura, que orientavam o tipo de implantação industrial no país. As, a indústria brasileira nasceu da fusão de tecnologias importadas com velhos procedimentos herdados do período colonial. Ricos latifundiários dedicados à monocultura cafeeira foram ao mesmo tempo proprietários das primeiras indústrias.

A crescente expansão cafeeira, principalmente nos fins do século XIX, permitiu que grandes fazendeiros paulistas pudessem investir em novos setores, como: estradas de ferro, em companhias de seguro, em instalações comerciais dos portos brasileiros, na organização de bancos, nos setores industriais têxteis e alimentares. O café financiava a indústria.

Visando incentivar a industrialização, Rui Barbosa, ministro da fazenda do governo do Marechal Deodoro da Fonseca, abriu linhas de crédito para financiar a implantação de

fábricas. Para isso o governo teve de aumentar a emissão de papel-moeda, gerando um processo inflacionário.

A facilidade de créditos levou a uma desenfreada especulação com papéis e ações das novas empresas. Essa especulação recebeu o nome de Encilhamento.

A força dos cafeicultores foi demonstrada em 1906, quando a produção brasileira de café crescia cada vez mais, porém, os preços no mercado internacional caíam devido ao excesso de oferta e à valorização da moeda nacional levada a cabo pelo governo para combater a inflação provocada pelo Encilhamento. Em fevereiro desse ano, os cafeicultores reuniram-se em Taubaté para exigir do governo federal medidas que garantissem a valorização do café e a manutenção dos lucros dessa lavoura. O encontro ficou conhecido como Convênio de Taubaté.

As medidas beneficiaram os cafeicultores, mas ao mesmo tempo, comprometeram o desenvolvimento do país, já que não havia dinheiro para o investimento entre outras áreas. Seguiu-se uma euforia e um aumento na produção de café entre 1911 e 1913. Em consequência, houve um aumento da inflação.

6.4 EFEITOS DA I GUERRA MUNDIAL NO BRASIL

O período de 1914 a 1918 começou de forma trágica, marcado pela renegociação da dívida externa e pela 1ª Guerra Mundial. A guerra fez cair os preços das exportações de café e restringiu a capacidade de importar.

Em 1916, porém, o comércio volta a reagir com a venda de café para os EUA e países neutros da Europa. Mas em 1917 surgem novos problemas com os britânicos cancelando as compras de café e a diminuição das importações por parte dos EUA.

Durante a I Guerra, a balança comercial brasileira pendeu favoravelmente para o lado norte-americano. No âmbito interno, a situação econômica da população brasileira, especialmente das classes proletárias, piorou com a guerra. A escassez alimentar e o aumento do custo de vida provocaram a pauperização da sociedade e possibilitaram o surgimento de grandes epidemias, como a gripe espanhola, que em 1918 matou 8 mil pessoas.

Embora ocorresse de forma descentralizada, um amplo processo de industrialização estava em curso no Brasil dos anos 20. Mas a crise de 1929- marcada pela superprodução de

mercadorias sem compradores- acelerou as contradições entre os setores agrários e industriais.

Mais uma vez, diante de outra crise, os cafeicultores paulistas exigiram nova valorização do produto, concessões de créditos, subsídios ao pagamento das dívidas, juros baixos, prorrogação dos prazos para pagar os empréstimos. Mas o presidente Washington Luís (1926-1930), não compreendeu a extensão da crise econômica e não atendeu aos pedidos do setor. O presidente acabou sendo deposto pela Revolução de 30.

De 1930 até a década de 80, o Brasil foi adequando sua economia. O Brasil cumpriu sua função histórica essencial à organização do capitalismo: vender matéria-prima. Porém, ao invés de importar manufaturas, o Brasil consome produtos sofisticados como computadores e outros.

A intervenção do estado na economia (Getúlio Vargas), o desenvolvimento acelerado (Juscelino Kubitscheck), as reformas de base (João Goulart), o “milagre econômico” (ditadura militar) e o fracasso do Plano Cruzado, com suas repercussões em 1988 construíram a história do Brasil.

7. AS FASES DA ECONOMIA

As transformações que a sociedade brasileira atravessava, desde a década de 20, configurariam uma forte crise econômica, social e política. A industrialização vinha acompanhada de uma oscilação na cafeicultura e trouxe uma gradativa predominância industrial na economia.

A crise levou à Revolução de 30. A aliança formada por tenentes militares e os “tenentes civis” foram a base social responsável pela deposição de Washington Luís.

A partir de novembro e dezembro de 1930, a Revolução teve um componente popular, com a adesão das camadas mais pobres. Pouco a pouco, o governo provisório, sob a chefia de Getúlio Vargas, passou a compor-se com representantes das forças oligárquicas opostas aos interesses do esquema café-com-leite.

Se recuarmos mais na história a tendência será perceber que a inflação permeia o Brasil desde D. João VI que cunhava moedas para financiar o gasto da Corte que desembarcou em crise; D. Pedro fabricando dinheiro para financiar a Independência proclamada na penúria foram fatos fundadores da velha sina do tormento monetário.

Assim como já citado, a República, ao nascer, produziu uma crise inflacionária inesquecível: o Encilhamento.

O primeiro ministro da Fazenda, Rui Barbosa, permitiu o aumento descontrolado da emissão da moeda. O trabalho assalariado exigiu mais dinheiro em circulação. Chegavam imigrantes. A nova ordem política tinha pressa. A convicção era de que melhor seria soltar os cavalos de corrida para o sucesso republicano. Uma proposta que já tinha sido considerada no Império foi adotada com radicalismo que o momento incentivava, vários bancos ganharam o direito de emissão monetária. Muito dinheiro circulando produziu euforia na Bolsa, fortunas instantâneas se formaram, explodiu a especulação financeira. Nas ruas da Alfândega e Candelária, no Rio, todos negociavam freneticamente. Parecia maravilhoso até que a bolha estourou em crise, falências e altíssima inflação. Isso marcaria os primeiros anos do novo regime. (LEITÃO, 2013, p.15).

A República produziu uma crise inflacionária e completou 100 anos na pior crise da história. Quem olhar a série estatística da inflação perceberá altas e quedas abruptas, como -10,4% em 1903 para 21,9% em 1904.

A primeira fase do regime republicano alterna políticas econômicas de controle e descontrole e termina naufragando nos conflitos internos e nos efeitos da pior crise financeira mundial, a de 1929.

A revolução de 30 constrói um país sobre as cinzas econômicas da crise externa e do café; a crise já se infiltrava de forma lenta na economia. Em 1940, a taxa de juros já havia dobrado, mas o país não viu. O cruzeiro substituía o mil-réis, quando a inflação já estava em 20%. Em 1950 a inflação era considerada quase boa. Nos anos de 1960 a inflação alimentava a instabilidade política. Surge a correção monetária, que garante os proprietários, mas não os trabalhadores. Nos últimos anos da década de 70 a inflação subia, e no ano de 1980 chegou a 100%.

A partir de 80 o Brasil via a força do inimigo. Em 1981 havia recessão e desemprego. Em 1983 a inflação estava em 230%. Esses pulos foram provocados por duas maxidesvalorizações do cruzeiro de 1979 e de 1983 e a falta de eficácia das ações adotadas. A convivência com os preços que subiam diariamente era intolerável, empobrecedora, cansativa e ameaçadora.

A virada dos anos 1980 para 1990 foi assustadora. A inflação tomava uma proporção inimaginável. Porém nada ocorreu por acaso na longa história do Brasil. Cada evento, cada crise, solução e plano era uma nova etapa em busca de um país estável.

De todos os momentos econômicos dramáticos, ficará sempre na memória de quem viveu o terror dos últimos meses do governo José Sarney e o começo do governo Collor, no final de 1989 e começo de 1990. A violência da remarcação dos preços não tomava a inflação apenas mais alta, ela mudou de natureza: virou hiperinflação. Para supostamente enfrentá-la, o governo Collor impôs ao país a mais absurda das invasões da vida privada (LEITÃO, 2013, pg.22).

De julho de 1964 a julho de 1994, data do Plano Real, a inflação acumulada, medida pelo IGP-DI, foi de 1.302.442.989.947.180,00% (um quatrilhão e 302 trilhões). O Brasil superou o que parecia insuperável.

Era um presságio, do professor Larry Summers. Em 28 de Fevereiro de 1986 o Presidente Sarney anunciava o milagre: um plano para eliminar a inflação: através do congelamento de preços, tarifas e serviços, abono salarial, troca da moeda e juros zero.

Na TV, Sarney anunciava as medidas, subestimando os efeitos do ganho real da queda da inflação e ignorando o “boom” que haveria no consumo. O 8-15-20 (8% de abono; 15% de aumento no mínimo e o gatilho que dispararia quando a inflação chegasse a 20%) foram os piores erros do chamado “Plano Cruzado”.

A doença de Tancredo Neves na véspera da posse, e sua morte, em 21 de Abril de 1985, foram um golpe na História de um país que ainda tentava se recuperar do golpe militar de 1964. Sarney foi tolerado em nome da democracia. Mas a inflação que batia o recorde de 16% em Janeiro de 1986 exigia de Sarney uma resposta às desconfianças que o cercavam.

Os fatos já provaram que a queda na inflação aumenta a capacidade de compra e isso é um ganho real. Se junta a isso os juros a quase zero: ninguém queria poupar. O congelamento de preços fez com que muita gente corresse para fechar negócios, antes que o benefício acabasse.

Os sintomas logo apareceram: em quatro, cinco meses vieram os sintomas. O consumo exagerado fez as mercadorias começarem a faltar e a inflação fez as coisas voltarem à situação inicial.

Pouco antes do Plano Cruzado o Instituto InterScience pesquisou o consumo da classe média. Antes do plano, 57% das pessoas aplicavam em dólar, fundos de renda fixa, overnight e CDB's. Em seis dias de Plano e apenas 4% das pessoas continuavam nessas aplicações; 76% investiam agora na caderneta de poupança e em imóveis.

O índice de brasileiros pobres despencou e os novos consumidores dinamizaram a economia. Assim, foi possível perceber como a inflação exclui parte da população. Muitos estavam saboreando carne pela primeira vez.

Carnes e produtos em geral começaram a acabar. Em parte porque a economia era muito cartelizada. A maioria dos produtos era controlada por dois ou três fabricantes. Era comum o monopólio privado.

A realização coletiva dos sonhos de consumo brasileiros provocou a mais grave crise de abastecimento já vivida e um enorme rombo nas contas externas.

O IBGE tentara elaborar um índice para medir a proporção de amostras encontradas nas prateleiras, mas cada vez menos gêneros eram encontrados.

Os economistas queriam mostrar a necessidade de cortar gastos, mas Sarney só pensava na popularidade do governo e nas eleições.

O consumo erodiu a balança comercial e criou desequilíbrio na balança de pagamentos. A economia se descompunha. O governo então decidiu anunciar o Cruzado II. No dia 21 de Novembro, o governo baixou um tarifaço, aumentando as tarifas de serviços públicos. Um descongelamento sob o comando dos empresários e uma nova mudança arbitrária nos índices de preços. O choque foi rápido. A inflação foi de 3% em novembro, para 7% em dezembro e 16% em janeiro. Os pobres voltaram a ser barrados na festa do consumo. O erro original foi o excesso de aumento de renda.

Ter contas confusas, criar gastos sem dizer a fonte dos recursos, desperdiçar, construir desvios tortuosos para escoar o dinheiro público fazem parte de um mundo de abusos fiscais e políticos. A transparência fiscal e tributária é democrática. Saímos de um atoleiro autoritário, mas não temos ainda um bom sistema de prestação de contas. Quanto mais transparência houver, mais qualidade terá a nossa democracia, mais proteção teremos contra a corrupção, mais combateremos as desigualdades. Tudo o que foi feito até agora é ainda insuficiente, mas visitar os passos já dados é uma forma de ver as futuras e indispensáveis etapas para aperfeiçoar a democracia brasileira” (LEITÃO, 2013, pg.81).

Em 1986, o Brasil fez a festa. Em 1987, chegou a conta. O consumo exagerado provocou déficits comerciais crescentes. As reservas cambiais acabaram. Havia um volume oficial, mas não tinha total liquidez. Anunciava-se a moratória. Fomos por anos um país pária, tratado como caloteiro.

Preços descontrolados, produção desorganizada, reservas esgotadas, falta de capacidade de importar matérias-primas. Em 1987 a economia entrava em colapso.

No fim de 1988 a inflação chegou a 30%. As pessoas e as empresas tinham medo das mudanças arbitrárias.

O Plano, que criou o cruzado novo, foi anunciado no dia 15 de janeiro de 1989. Foi chamado de Verão. Em março, a inflação já era de 6% e logo depois voltou aos dois dígitos. O Brasil, nos 11 meses seguintes, conheceria a mais descontrolada inflação de sua história e depois disso viria o pior plano econômico da história do país.

Tudo piorava nos meses finais do governo Sarney. Ele havia ampliado os gastos, mas depois do fracasso do Plano Verão, praticamente abandonou o governo. O país ficou à deriva, enquanto ele estava na ilha da família, em Curupu.

A crônica daqueles anos é repleta de insólitos. Foi o tempo em que a economia enlouqueceu. A inflação passava de 40% para 55% ao mês, no final de 1989. Em março de

1990 chegou a 83%. Estávamos na hiperinflação. O overnight pagava 64,5% no dia 1º de dezembro; no dia 8 pagava 69,09%. Terminou o mês pagando 80%. Todo mundo queria pôr sua renda no overnight, que virou uma caixa de reproduzir dinheiro.

Os números pareciam insanos. Os vigilantes bancários cederam e aceitaram uma correção uma correção pequena de salários: 95,48%. Os telefônicos ganharam 119% de aumento. O pão tinha subido 37% só em dezembro. O aluguel anual foi corrigido por 866%. Um fogão de brinquedo poderia custar mais que um de verdade. Um blazer de linho ou uma geladeira tinham o mesmo valor, assim como 42 conjuntos de calcinha e sutiã valiam o mesmo que um carro zero. As contas eram feitas o dia todo.

Naquela década a taxa média foi de mais de 1.000% ao ano. Saiu de 270% para 2.300%. Houve momentos em que a taxa anualizada chegou a 5.000%. Isso é hiperinflação em qualquer lugar do mundo. Isso traz consequências desastrosas para as empresas, para as pessoas, para as famílias, para o país.(LEITÃO, 2013, pg.140).

Contavam-se os dias para o fim do governo. Livrar-se de Sarney parecia já um grande feito. Os empresários, que antes, não queriam Collor, começaram a torcer explicitamente por ele. O medo era do risco Lula.

Mas quando Collor ganhou os temores não diminuíram. Collor dizia que iria dar um “ippon” na inflação, um golpe único e isso fez com que a economia parasse completamente. As empresas aceitavam entregar apenas produtos com pagamento à vista. Os pequenos negócios não queriam vender o que tinham nas prateleiras. Dias antes da posse, as companhias aéreas estrangeiras pararam de vender passagens. As pessoas fugiam tanto da inflação, quanto do risco de algum confisco que poderia ser decretado pelo governo. O boato era frequente e verdadeiro.

O ministro Maílson da Nóbrega anunciou três dias de feriado bancário. Quarta-feira, dia 14, véspera da posse. Quinta, dia 15, a posse. No dia 16, uma sexta-feira, o golpe. O governo anunciou o sequestro do dinheiro depositado nos bancos. Era o Plano Collor.

O Plano se bateu sobre as famílias e empresas brasileiras. Casos de infarto, suicídio, depressão abalaram lares. Difícil é encontrar alguém que não tenha sofrido com aqueles dias.

O Plano prendeu o dinheiro aplicado nos fundos com títulos públicos e rendimento diário, o chamado overnight, mas também prendeu o da caderneta de poupança a até da conta corrente. As empresas não conseguiram mais produzir, pagar os salários dos seus funcionários, pagar fornecedores. Isso produziu uma reação em cadeia, com suspensão de salários e demissões. O ano terminaria com 4% de recessão, um encolhimento nunca visto, um gigantesco desemprego. 18 meses de aplicações presos.

7.1 O PLANO

O Plano Collor era mal organizado e confuso.

A moeda voltou a se chamar cruzeiro, mas os cruzados novos continuaram a existir. A paridade era de um para um. Os cruzeiros circulariam na economia. Parte do dinheiro das contas-correntes, aplicações no overnight e das cadernetas de poupança ficaria presa. O dinheiro retido continuaria a se chamar cruzado novo. Nas contas e nas cadernetas ó 50 mil cruzados novos virariam cruzeiros e poderiam ser sacados. O resto continuaria sendo cruzado novo, ficaria no banco por 18 meses e depois seria devolvido em 12 prestações. Para se ter uma ideia do que era esse valor de que os brasileiros poderiam dispor, no mês de fevereiro daquele ano, o Citibank havia estabelecido que 50 mil cruzados novos era o mínimo para se abrir uma conta. No overnight só poderia secado 20% do total depositado ou 25 mil cruzados novos, o que fosse maior. Os jornais calcularam que todo o dinheiro que estava em conta corrente, aplicações, caderneta equivalia a 120 bilhões de dólares. Desse total, 95 bilhões de dólares foram confiscados, o que significava prender quase 30% do PIB, 80% de todo o dinheiro que circulava nas contas, aplicações e cadernetas. Uma calamidade. Os aposentados que tivessem depositado sua pensão na caderneta poderiam sacar acima de 50 mil, desde que comprovassem que o valor estava comprometido com certas despesas. (LEITÃO, 2013, pg.169).

Com o dinheiro confiscado ninguém comprava. Ainda assim, houve o congelamento dos preços até maio e depois disso subiriam por uma tabela prefixada. O câmbio estava livre, mas caiu com a paralisia da economia nos meses seguintes. Anunciaram leilões regulares para transformar cruzados novos em cruzeiros.

O mercado financeiro travou. Os caixas dos bancos não sabiam quanto dinheiro estava disponível em cada conta e para piorar os bancos não entendiam suas próprias contas.

O cruzado novo e o cruzeiro tinham o mesmo valor. O cruzado ficaria preso por 18 meses nos bancos e o cruzeiro circularia normalmente. Liberar o dinheiro preso seria um desafio, um desafio desigual, já que os grupos mais poderosos conseguiram liberar seus cruzados; a população, sem poder de pressão, teve que esperar até setembro de 1991 para começar

a reencontrar seu dinheiro: magro e desvalorizado. E mesmo assim, a inflação continuava forte e incontrolável.

O abuso regulatório e as arbitrariedades dividiram os brasileiros entre os "com torneirinha" e os "sem torneirinha". Ninguém sabia como eram negociadas as concessões para liberar o dinheiro e nem quanto isso nos custou. Pois bem, aquele governo caiu por corrupção.

Naqueles 1990, o país teve a pior recessão da história. Uma seca prolongada ainda agravou a crise de abastecimento, elevando os preços dos alimentos. Parte da explicação para a volta da inflação é que as torneirinhas devolveram à economia a liquidez estancada abruptamente com o confisco. Como a liberação ocorreu ao sabor dos Lobbies e das pressões, o confisco foi mais uma forma de concentração de renda e de desigualdade.

Ao fim dos 18 meses o dinheiro do confisco começou a sair em 12 parcelas, mas o valor real do dinheiro tinha sido reduzido. Mas vencida essa batalha, iniciava-se o processo de impeachment. Durante a CPI que investigava o governo, o Banco Central teve que passar muitas informações à justiça. O BC precisava requerer aos bancos cópias de cheques das contas com sigilo quebrado. Esses documentos poderiam incriminar o governo e o presidente. Eram, portanto, informações explosivas. Por ironia, o Plano Collor tinha acabado com o cheque ao portador. Os cheques agora traziam o nome do beneficiário, O que facilitava as investigações sobre o próprio governo.

Por 441 votos a 38 e uma abstenção, no dia 29 de Setembro de 1992, a Câmara de Deputados deu licença ao Senado para votar o impeachment. Em dezembro, o Senado se reuniu para votar o impeachment. Collor perdeu os direitos políticos por dez anos.

Um homem senta num restaurante alemão, em 1923. Pede um café é informado de que custaria 5.000 marcos. Depois toma outro café. Ao pagar recebe a conta: 14.000 marcos. Diante do espanto, a explicação: deveria ter pedido os dois cafés na mesma hora. Entre um e outro pedido o preço tinha subido.(LEITÃO, 2013, pg.215).

Mas Collor também teve sua tábua de salvação e que atenua, até hoje, sua biografia política: a abertura da economia. Vivíamos um capitalismo sem competição, cartelizado, protegido pelo Estado. A abertura forçou as empresas a aumentar a eficiência, reorganizar a economia, apressar os planos de modernização da indústria automobilística e de seus

fornecedores. As empresas passaram a adotar novos modelos de gestão, aumentar a qualidade, cortar desperdícios.

A estabilização precisava da abertura, mas a abertura, para funcionar, precisava da estabilização. Enquanto o Brasil desmontava as barreiras ao comércio, do outro lado, começava uma negociação que levaria anos para normalizar nossa vida com a comunidade financeira internacional.

A década inteira foi de crises. Porém, o Brasil tornou-se mais aberto, conquistaria uma moeda estabilizada, credibilidade internacional, menos estatizações, empresas mais eficientes e ágeis, ampliação do mercado de consumo, inclusão social. As estatais arruinavam as contas públicas, pois eram centros de prejuízo, além de dependentes do Estado.

Para estabilizar, era preciso tornar a economia mais eficiente; para aumentar a eficiência foi preciso tirar o Estado de setores-chave. O governo era dono de quase todas as siderúrgicas do país, de todas as empresas telefônicas, todas as distribuidoras de energia, alguns bancos, a maior mineradora, todas as estradas de ferro, de fábricas de plástico, além da maior empresa brasileira: a Petrobrás, que continua estatal até hoje.

Itamar Franco manteve o programa iniciado por Collor e vendeu diversas empresas, o que ajudou na modernização do Brasil.

7.2 O INÍCIO DO REAL

Itamar Franco assumia o poder com a queda de Collor. Fernando Henrique era o seu quarto ministro da Fazenda em sete meses. Ele tratou de se cercar de bons e inteligentes nomes para formar sua equipe de trabalho. Logo surgiu o Plano de Ação Imediata (PAI), que de concreto, cortou despesas públicas, criou o cadastro das empresas que não pagavam impostos, proibindo que participassem de concorrência pública, anunciou a segunda etapa da abertura comercial e do plano de privatização, propôs a criação do imposto sobre cheque- o IPMF- iniciou o ajuste dos bancos públicos, avisando que não estavam preparados para viver sem inflação. Nada suficiente para derrubar a inflação.

A solução: Introduzir uma moeda nova na economia, conduzir todos os contratos e todos os agentes econômicos para usar aquela nova unidade de conta. Devagar e de forma explícita. Sem surpresas, sem choques ou congelamentos. O caminho era introduzir uma

unidade indexada, não como moeda, mas como o embrião de uma nova moeda, apressando a rejeição do cruzeiro. Porém, juridicamente, não é possível que existam duas moedas. Então, através de uma medida provisória, foi instituída a URV, Unidade Real de Valor, para servir exclusivamente como padrão de valor monetário. Isso queria dizer que a URV era uma criatura do Sistema Monetário, que poderia ser usada nos contratos, como unidade de conta, mas não era emitida, não circulava, não pagava contas nem impostos. Era moeda e não era ao mesmo tempo. Assim nasceu a URV, no dia 1º de março de 1994.

A URV valia 647,50 cruzeiros reais. Todos os dias a cotação seria diferente e fixada pelo Banco Central. Ocorreria inflação em cruzeiro real, mas a URV teria que permanecer fixa.

Os salários seriam convertidos pela média da inflação dos últimos quatro meses e haveria livre negociação no dissídio. O salário mínimo era, naquele 1º de março, 64,79 URV's, o que equivalia a 42.829,00 cruzeiros reais.

Com um mês de URV, Fernando Henrique deixou o Ministério da Fazenda para se candidatar a Presidência da República. Na semana seguinte, o presidente Itamar Franco foi à televisão informar que em 1º de julho, o Real entraria em circulação. Na MP da URV estava dito que o processo de migração para a nova moeda poderia se dar em até 360 dias. Foram necessários apenas 90 dias. O brasileiro estava pronto para desembarcar na era real.

7.2.1 Real

No dia 1º de julho, sexta-feira, as agências bancárias ficaram abertas até mais tarde para a troca do velho cruzeiro real pelo novo dinheiro que, ao contrário dos outros, chegava com aviso prévio e nenhum segredo. O governo havia decidido fazer o mínimo de intervenção possível, apenas uma regulação minimalista. Avisou que estava acompanhando as negociações e interviria apenas em certos casos.

As estatísticas registravam que de julho de 1993 a julho de 1994, a inflação fora de 5.000%. Era a chance de si livrar daquilo. Os estabelecimentos começaram a receber o novo dinheiro ainda de madrugada.

Ciro Gomes era o novo Ministro da Fazenda, e no cargo, tomou uma decisão polêmica e acertada: abriu mais ainda a economia, reduzindo as alíquotas de importação. Isso freou a

tentativa de remarcação de preços dos oligopólios e matou, economicamente, o começo da especulação.

O país terminava o governo Itamar Franco com baixa inflação e alto déficit comercial. Fernando Henrique foi eleito no primeiro turno com 54% dos votos válidos contra 27% de Lula.

As estatísticas do IBGE assustam: nos 15 anos anteriores ao Plano Real, a inflação acumulada foi de 13.342.346.717.617,70% (13 trilhões e 342 bilhões por cento). Nos 15 anos posteriores ao Real, a inflação acumulada foi de 196,87%. Na travessia o Brasil mudou.

Fernando Henrique assumiu propondo um ataque ao monopólio de Petrobrás, da Telebrás, acabando com as diferenças entre empresas de capital nacional e estrangeiras. Avisou que venderia a Vale e a Telebrás. O governo acabou aprovando tudo, após grandes batalhas. Era preciso continuar o processo de aliviar o Estado de obrigações, pesos e interferências políticas que geravam déficit público.

A Petrobrás perdeu a batalha da manutenção do monopólio na lei e ganhou a guerra. Os dados do crescimento da empresa são inequívocos: multiplicou a produção, reservas, pagamento de dividendos após a mudança. A regulação foi deficiente. Mesmo assim a Agência Nacional do Petróleo foi modernizada. A privatização das empresas trouxe ganhos. Mesmo a Vale, que era uma estatal eficiente, era miserável na hora de dar lucro ao Tesouro.

Na outra ponta, era conduzido um vasto processo para consolidar a estabilização: a renegociação das dívidas estaduais com o governo federal. O Brasil era um nó fiscal. Bancos e empresas estaduais de energia estavam quebrados. Foram feitas negociações em que os bancos e empresas estaduais de energia foram federalizados para serem vendidos, e assim os estados abatiam a dívida. Quem aceitasse a privatização recebia um refinanciamento a juros menores. Ao final estavam negociadas as dívidas de todos os estados e dos 180 maiores municípios do país. Sem esse trabalho não seria possível ter uma Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Brasil viveu uma temporada de crises, nos primeiros anos do Real. Quando a inflação cai, a verdade aparece. Uma delas: a de que muitos bancos no Brasil viviam da inflação. Sem ela, eles quebraram. Ao final desta guerra, três dos dez maiores bancos do país estariam fechados. Ao todo, trinta bancos quebraram. Quando dá certo, uma estabilização

produz temores posteriores, sempre há uma crise provocada pela quebra da inflação em si, porque ela é reveladora de distorções que se acumularam na velha ordem inflacionária.

O Banco Nacional foi vendido para o Unibanco e foi um símbolo do grande problema que o país enfrentava. Na separação feita entre ativos podres e bons se descobriu que mais de seiscentos correntistas simplesmente não existiam e a eles foram concedidos empréstimos milionários. Foi em março, que o Banco Central entendeu o que estava acontecendo, através do processamento de dados da instituição. Dentro do banco fora montada uma fábrica de correntistas-fantasmas. Para esconder um rombo no balanço, o Banco Nacional começou a criar devedores falsos, aos quais tinha “emprestado” recursos. Os ativos não existiam. Ao todo, 9 bilhões de dólares de créditos falsos foram concedidos, sendo considerada a maior fraude bancária da história.

Durante a crise bancária, o Banco Central decidiu ouvir especialistas estrangeiros. Dessas conversas tirou lições de fiscalização bancária e a convicção de precisava fazer uma varredura preventiva nos dez maiores bancos do país. Desenvolveu-se então uma espécie de blitz, em que o BC desembarca em uma instituição e vai checando tudo. Criou-se também um novo medidor, o IGC, Índice Global Consolidado, retrato mais cuidadoso da saúde financeira dos bancos.

Foi também no início da crise bancária que foi criado o Fundo Garantidor de crédito, uma entidade privada, administrada pelos próprios bancos e capitalizada com uma fração dos depósitos bancários. O objetivo é garantir o dinheiro dos depositantes em caso de falência dos bancos. Foi esse fundo que evitou a falência do Banco Pan-americano, em 2010.

Porém, outro problema aproximava-se: a crise cambial. O mercado ainda estava cheio de temores, quando em julho de 1997, a Tailândia quebrou. Era o começo de um novo terremoto, o que derrubaria uma sequência de países em um novo e assustador efeito dominó. Foi quando em 1999, o câmbio fixo explodiu que surgiu o Copom, Comitê de Política Monetária, que acabou se institucionalizando como a instância que tem decidido de forma autônoma a taxa de juros no país.

Em 6 de março de 1995, foi anunciada uma mudança no câmbio com a introdução de uma banda de flutuação. Porém, mesmo sendo uma pequena mudança no câmbio, surgem os ataques especulativos contra as moedas e provoca rumores de novas mudanças e remessas de dólar. Houve uma enorme saída de capital nos dias seguintes.

A sobrevalorização inicial da moeda no Plano Real foi sempre um ponto controverso. Para seus defensores, ela ocorreu naturalmente. Contam que deixaram a moeda flutuar e o real se valorizou porque havia excessiva oferta de liquidez no mundo. Foi também uma ajuda para o sucesso do plano, porque derrubou os preços bem no início; para seus eternos críticos, foi o começo do desequilíbrio cambial que se aprofundaria nos meses e nos anos seguintes (LEITÃO, 2013, pg.346).

O governo decidiu flexibilizar o câmbio o mínimo possível. Nunca se saberá o que aconteceria se o câmbio flutuasse de forma tão prematura. A política cambial controlada, de bandas decididas arbitrariamente pelo Banco Central, foi essencial para o sucesso inicial. O tempo mostrou que o erro foi não saber a hora de sair.

O que provocou a mudança de março foi o México. Logo no começo do governo, em dezembro de 1994, o presidente Ernesto Zedillo mudou o câmbio e enfrentou uma corrida contra a moeda. A crise que se seguiu reduziu o fluxo de capitais para os países emergentes. O Brasil, que atraía com mais força o capital especulativo, por causa dos juros altíssimos, foi diretamente afetado. O câmbio valorizado, o aumento do consumo, a euforia pós-queda da inflação reduziram o saldo comercial. Foi nesse clima que Fernando Henrique assumiu.

Com a estabilização da economia e o dólar baixo aumentaram o consumo; e o forte consumo de 1995 e 1996 fez um estrago. O mercado, nervoso, olhava o déficit da balança comercial e o câmbio era novamente acusado de culpado. Num período de 16 dias, com apenas oito dias úteis, o país acumulou um déficit comercial de 1,2 bilhão de dólares. Em fevereiro de 1997 o rombo aumentou. Era o começo da escalada que levaria o país a níveis insustentáveis de déficits externos. O déficit comercial grande impede o crescimento. O poder aquisitivo faz o consumo aumentar, as importações cresceram o déficit não diminuiu e a poupança não aumentou; a equação não fechava.

Em 2 de julho, no meio de forte ataque especulativo, a Tailândia desvalorizou o Baht. Foi o começo oficial da longa turbulência chamada Crise Asiática, em que vários países foram obrigados a desvalorizar suas moedas. Isso forçou a equipe econômica a discutir a questão cambial (LEITÃO, 2013, pg.353).

Depois que o baht caiu, outras moedas que usavam o câmbio fixo foram caindo uma a uma na Ásia. Foram desvalorizadas as moedas da Coreia do Sul, Indonésia, Filipinas, Malásia.

Durante um ano e meio o mundo veria uma interminável sucessão de crises. Havia dias em que os países pareciam em situação terminal. Todos mergulharam em gigantes recessões de até 17% do PIB.

Em 23 de outubro de 1997, dia do anúncio da privatização da venda da Telebrás, Hong Kong sofreu um ataque especulativo. Anunciou um supersalto nos juros para enfrentar a corrida e as bolsas do mundo inteiro despencaram. Na segunda-feira houve uma queda coletiva nos mercados. Nos Estados Unidos por três vezes foi acionado o *circuit breaker*, o sistema que paralisa as negociações para interromper a queda quando chega o ponto que indica colapso. Um mercado em queda derruba o outro. Quando a bolsa brasileira fechava, os papéis das empresas brasileiras continuavam caindo em Nova York. O mês de Outubro terminou com um choque de juros. A taxa básica foi elevada para 43%, decidida numa reunião do Copom. O ano continua oscilando entre períodos agitados e de calma. Quando o governo anunciou, em novembro, um pacote de 51 medidas na área fiscal, houve trégua.

Nas crises do mundo globalizado, tudo funciona 24 horas por dia. O mercado vigiava a Ásia. Em 17 de Agosto de 1998 a Rússia desvalorizou o rublo e suspendeu o pagamento de sua dívida externa. O *Hedge Fund* dirigido por dois vencedores do Prêmio Nobel – Myron Scholes e Robert Merton- quebrou. O presidente Bill Clinton convocou uma reunião com ministros dos trinta maiores países do mundo. O Brasil estava presente. O medo era de uma crise financeira no sistema americano.

Com a reeleição de Fernando Henrique para o segundo mandato, o governo anunciou que negociaria um acordo com o FMI para enfrentar os ataques especulativos contra o real, reforçando o caixa das reservas cambiais. O pacote de 45 bilhões de dólares foi apresentado como um seguro contra a desvalorização.

O temor de uma desvalorização cambial no Brasil assustava a todos. O dia 13 de janeiro de 1999 foi infernal, com o anúncio e a tentativa de explicar a banda diagonal endógena, uma fórmula para flutuação controlada do câmbio. O novo comando tentava fazer uma desvalorização controlada de 8,9% e a mudança da banda. A notícia da desvalorização assustou o mundo e o mercado financeiro: o dólar subiu imediatamente ao teto da nova banda, fixada pelo BC em R\$1,32; os juros no mercado futuro dispararam, batendo mais de 50% ao ano, os títulos da dívida externa chegaram à menor cotação registrada. A bolsa de São Paulo caiu mais de 10% e o pregão teve que ser interrompido. Depois de vender muito reserva e ver a fuga de dólares do Brasil, o governo desistiu e deixou o câmbio flutuar.

Sexta-feira, dia 29, foi o caos no Brasil. O dólar estava sem controle. Uma moeda precisa de confiança. Sem confiança, é apenas um papel pintado. Qual a solução? As metas. Em 1999 a equipe econômica implantou o sistema de metas de inflação para o Banco Central e funcionou. A inflação fechou o ano em um dígito. O país retomou o crescimento no segundo semestre e entrou em 2000 crescendo forte e com a inflação em queda.

A política de metas de inflação parece vago. Mas tem solidez sutil. Depende da credibilidade do Banco Central, da rigidez d política monetária, da confiança dos agentes de que o BC tem autonomia e tudo fará para atingir aquela meta. Coordena as expectativas, desencoraja remarcações, estabiliza preços. (LEITÃO, 2013, pg.385).

A crise foi vencida pelo tripé: metas de inflação, ajuste fiscal e o que Armínio Fraga chama de “banco-centralismo”. O superávit primário, já anunciado pelo governo, foi aumentado. O acordo com o FMI saiu, dando reservas para reverter o exagero da disparada do câmbio. O Banco Central teria autonomia para prosseguir a meta de inflação e dólares em caixa. O acordo com o FMI teve que ser revisto, mas funcionou.

Em 2002, houve uma nova crise, só que agora de confiança. Era fim da era FHC e o medo do Partido dos trabalhadores assumir o poder assustou o mercado. O Banco Central não conseguia mais vender papéis para depois de novembro. A dívida interna foi encurtando. Investidores pararam de mandar dinheiro para o Brasil. O volume das reservas caiu. Entravam e saíam apenas empréstimos entre multinacionais. O dólar subia sem parar. Era preciso provar que inflação baixa também era o compromisso do próximo presidente. Em setembro tudo piorou por efeito da própria instabilidade.

Armínio Fraga foi ao FMI para repetir em Inglês a garantia de que o novo governo se comprometeria com as metas. Uma garantia de que o governo ao assumir, respeitaria os contratos, o câmbio flutuante, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi assim que o governo FHC assinou um empréstimo com o FMI que seria liberado no governo Lula.

O primeiro semestre do governo Lula foi difícil: a produção caiu, os preços subiram, as empresas acumularam estoques, o consumidor não comprava. De um lado, os juros subiram no Banco Central; de outro, a meta de superávit primário subiu 4,35%. Mas a partir daí a inflação inverteu a curva e passou a cair. A economia não cresceu em 2003, mas a inflação foi contida. Depois, o PIB voltou a crescer em 2004.

O mercado previa 3,5% de crescimento no começo de 2007. O país cresceu 6,1%. Mesmo com a crise do final do ano, o país cresceu 5,1% em 2008. Em 2009 a recessão foi branda: -0,6%. Em 2010 o espetacular crescimento ajudou a eleição de Dilma.

7.3 IMPEACHMENT

Passava pouco das 6h30 da manhã da quinta-feira, 12 de maio de 2016, quando o Senado Federal concluiu a votação do pedido de afastamento da presidente Dilma Rousseff (PT) por crime de responsabilidade. Após uma sessão que durou mais de 20 horas, o painel do Senado oficializava a abertura do processo de impeachment, com 55 votos a favor e 22 contra. (VASCONCELOS, 2016, pg.74).

O processo de impeachment contra Dilma Rousseff arrastou o Brasil para uma das mais graves crises institucionais de história recente. Tudo começou a surgir poucos dias após a divulgação do resultado das eleições de 2014 que reelegeram Dilma. O PSDB solicitou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma auditoria para verificar a lisura da eleição, sua confiabilidade e infabilidade.

Logo após o pleito, houve a divulgação de uma série de dados econômicos negativos, como a queda na produção industrial, elevação da taxa de juros, déficit na balança comercial, rombo no orçamento do governo e expectativa menor para o Produto Interno Bruto (PIB), resultados que Dilma rebatia na campanha eleitoral.

Para piorar, as denúncias de corrupção reveladas pela Operação Lava Jato, mostraram a atuação de uma organização criminosa que operava na Petrobrás para movimentar recursos ilícitos. Foi por isso, que surgiram os primeiros protestos a favor do impeachment e o pênalti durante o pronunciamento da Presidente na TV.

A crescente insatisfação popular, o aprofundamento da crise econômica e a perda de apoio no Congresso motivaram a apresentação de 30 pedidos de abertura de impeachment em 2015.

No dia 2 de dezembro, o presidente da Câmara dos Deputados aceitou o pedido de abertura com base em dois atos da categoria de crimes de responsabilidade:

- **Edição de decretos orçamentários:** A presidente assinou 6 decretos autorizando o governo a abrir créditos suplementares e, dessa forma, gastar 2,5 bilhões de reais a mais

que o previsto no orçamento federal. A denúncia diz que ao aumentar os gastos sem autorização prévia do Congresso Nacional, Dilma infringiu a Lei de Responsabilidade Fiscal, que obriga o governante a seguir as metas previstas no orçamento.

- **Adoção de pedaladas fiscais:** Dilma recorreu em 2014 e 2015 a manobras contábeis, as chamadas pedaladas fiscais, para ajustar, no papel, as contas do governo, simulando um saldo positivo inexistente ou maior do que o real. As pedaladas consistiram no atraso de repasses de recursos do Tesouro Nacional (o caixa do governo) para a caixa Econômica e o Banco do Brasil, responsáveis pelos pagamentos de programas e benefícios sociais, como Bolsa Família, aposentadorias e seguro-desemprego. Esses benefícios foram pagos com recursos dos próprios bancos, que só depois receberam os repasses do governo. O Tribunal de Contas da União considerou essas medidas como empréstimos dos bancos estatais ao Tesouro, o que é ilegal.

No começo de março, vazaram trechos da delação premiada do Senador Delcídio do Amaral, acusando Dilma e Lula de tentarem obstruir as investigações da Lava Jato. Dias depois, o PMDB sinalizou o fim da aliança com o PT. E, por fim, manifestações pró - impeachment reuniram cerca de 3 milhões de pessoas em todo o país no dia 13 de março.

Um levantamento feito pela ONG Transparência Internacional mostrou que 58% dos deputados federais que participaram da votação do impeachment já foram condenados ou respondem a processos na Justiça ou Tribunal de Contas.

Na manhã do dia 12 de maio, o Senado decidiu pela abertura do processo e afastamento da Presidente.

A administração Temer também sofreu abalos por causa da Lava Jato. No primeiro mês da nova gestão, três ministros foram exonerados ao ter seus nomes envolvidos nas investigações. O próprio Temer acabou sendo citado no escândalo. A crise é no sistema político como um todo. A situação expõe mais uma vez as fissuras no atual sistema político e na forma como as relações políticas ocorrem nos bastidores de Brasília.

7.4 DIAGNÓSTICOS DA CRISE BRASILEIRA

Três razões são apontadas como principais, em diferentes graus, para explicar a situação econômica atual:

- **Conjuntura Internacional:** o baixo crescimento econômico mundial no período pós-crise de 2008, que levou à queda no mercado internacional no preço das commodities, o conjunto de mercadorias básicas das quais o Brasil é um grande exportador;
- **Decisões macroeconômicas:** os sucessivos tropeços cometidos pela Presidente Dilma Rousseff e sua equipe na formulação e na condução da política econômica do país, que provocaram a explosão da dívida pública;
- **Problemas estruturais:** os antigos problemas não resolvidos em governos anteriores, que afetam a produtividade das empresas, elevando o chamado Custo Brasil, e pressionam as contas públicas.

Para enfrentar a crise econômica de 2008, Lula reduziu as taxas de juros, cortou impostos, concedeu desonerações fiscais a alguns setores da economia, incentivou a liberação de crédito pelos bancos públicos para financiar o desenvolvimento e investir em infraestrutura. Com isso, o país não perdeu fôlego e ainda cresceu.

O problema é que a crise durou mais que o previsto e países como EUA e China demoraram a voltar a crescer, o que ocasionou uma queda brusca no preço das commodities, refletindo em nossa economia, dependente da exportação desses produtos. Para piorar, a inflação voltou a dar sinais. Para tentar controlar a inflação o governo anunciou uma redução média de 20% na tarifa de energia e o preço da gasolina em baixa. O resultado: As empresas elétricas não conseguiram manter o acordo e o governo teve que recuar, autorizando uma tarifação acima de 50% para recompor o setor elétrico; além do rombo formado nas contas da Petrobrás, já muito endividada. Toda uma cadeia produtiva foi impactada economicamente.

Juntam-se a isso o aumento de gastos públicos sem perspectivas de aumento na receita e houve uma explosão do endividamento no setor público e o déficit. Quando ocorre déficit, aumenta a desconfiança de credores quanto à capacidade do governo em honrar seus compromissos, o que leva a um aumento das taxas cobradas para financiar as contas públicas do Estado.

As pedaladas fiscais fizeram aumentar o descrédito dos analistas financeiros com o real estado das contas do governo. Essa desconfiança, aliada a recessão e à falta de perspectiva de crescimento, levou ao relacionamento da nota de crédito do Brasil pelas principais agências globais de avaliação de risco. O Brasil voltou ao nível especulativo.

A indústria também sofreu. A grande entrada de produtos importados no governo Lula, enfraqueceu a indústria nacional e transformou-se em um dos principais obstáculos a retomada do crescimento.

7.5 12 MESES DE TEMER

Após não conseguir apoio político necessário no Congresso, Dilma não pode evitar o impeachment. Assim, Temer assumiu a presidência cercado por sua base aliada, adversários de Dilma.

Segundo Matoso et al. (2017):

Logo após o Senado afastar temporariamente Dilma da Presidência, às 6h34 do dia 12 de maio de 2016, Michel Temer assumiu o comando do país como presidente em exercício. No mesmo dia, o peemedebista deu posse aos 24 novos ministros do governo e fez o primeiro pronunciamento no palácio do Planalto.”

O perfil do novo ministério sofreu as primeiras críticas logo no dia da posse, por não apresentar mulheres e nem negros no primeiro escalão indicado pelo peemedebista.

Temer tentou imprimir mudanças rápidas em seu governo. Negociou votações de projetos diretamente com as bancadas do Congresso Nacional e também passou a receber uma romaria de deputados e senadores no Palácio do Planalto. Essa aproximação foi fundamental para o governo aprovar, no ano passado, a emenda constitucional que estabeleceu um limite para os gastos públicos. Para a base no parlamento, Temer distribuiu cadeiras na Esplanada dos ministérios para uma série de senadores e deputados de vários partidos.

No âmbito econômico, Temer focou grande parte dos seus esforços. Além do teto para os gastos públicos, ele propôs ao Congresso Nacional reformas na Previdência Social e na Consolidação das Leis do Trabalho.

Mesmo com a Inflação em um patamar abaixo da meta do Banco Central, o desemprego, atualmente, está em 9%.

Para tentar compensar parte do desgaste político gerado pelas reformas, o governo Temer decidiu, em dezembro, liberar o saque das contas inativas do FGTS.

Em 2016, o governo Temer teve como principal vitória a emenda constitucional que estabeleceu o limite para os gastos públicos e que permitiu que as despesas da União cresçam conforme a inflação do ano interior.

Em meio ao discurso do governo de que o país precisa de reformas, Temer enviou ao Congresso Nacional, em 2016, as propostas de reforma da Previdência Social Trabalhista. O objetivo do governo é aprovar as medidas ainda em 2017. O presidente tem defendido que as mudanças na aposentadoria são necessárias devido ao “rombo” nas contas do INSS, que, para 2018, por exemplo, tem previsão de um déficit de 202,2 bilhões. A mudança previdenciária prevê, por exemplo, idade mínima de 65 anos para homens e mulheres poderem se aposentar.

O Congresso Nacional também analisa a reforma trabalhista que estabelece pontos que poderão ser negociados entre empregadores e trabalhadores que, em caso de acordo, passarão a valer como lei.

Ainda na economia, o governo liberou neste ano o saque das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de serviço (FGTS), com as expectativas de injetar R\$30 bilhões neste ano.

Segundo Matoso et al. (2017), a inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), perdeu força de março para abril, passando de 0,25% para 0,14%, a menor taxa para o mês desde o início do Plano Real.

Mesmo com o resultado positivo há índices negativos, como o desemprego, por exemplo, que chegou ao patamar mais alto desde 2002, atingindo 14,2 milhões de brasileiros.

Desde que assumiu a Presidência, Temer viu seu governo envolvido em diversas crises políticas. Muitos conselheiros políticos do presidente estão envolvidos em denúncias de corrupção. Com vários ministros sendo citados em delações da Lava Jato, Temer declarou que só afastará ministros de seu governo, se forem denunciados pelo Ministério Público ou que virarem réus no Supremo Tribunal Federal.

As delações de 78 executivos e ex-dirigentes da Odebrecht atingiram políticos de vários partidos da base aliada do peemedebista e acertaram em cheio o presidente.

7.6 O EFEITO TRUMP

Após oito anos de governo Barack Obama, marcada por políticas econômicas voltadas para a recuperação norte- americana da crise de 2008, o presidente eleito Donald Trump assumiu no dia 20 de janeiro de 2017 cercado de polêmicas, que impactaram a economia de outros países, inclusive no Brasil.

As novas medidas adotadas por Trump vão desde a decisão de deixar o Acordo Transpacífico (TTP) – que prejudica as tradicionais empresas transnacionais exportadoras – às ameaças de taxar os produtos importados no México, passando pela suspensão da entrada de imigrantes de sete países, o que acertou em cheio as companhias do setor de tecnologia; além do aumento do protecionismo e o combate ao offshoring. A reforma tributária por ele sugerida implica em aumentar os impostos sobre importação e sobre o offshoring.

Avaliando as propostas apresentadas, em curto prazo, com o impedimento da entrada dos imigrantes no país existe a tendência da competição pela mão de obra aumentar e os salários também. Importando menos, empresas menos produtivas tendem a se estabelecer , aumentando a demanda pelos trabalhadores menos produtivos. Ao mesmo tempo, a desigualdade tende a diminuir, pois os mais produtivos tendem a ser melhor remunerados em uma economia mais aberta.

Segundo Teles et al. (2017):

Quando uma economia passa por um processo de abertura, há uma mudança no preço relativo os produtos da economia, favorecendo os produtos em que o país tem vantagens comparativas. Assim, os trabalhadores devem se adaptar para se reposicionar na nova estrutura de mercado. Os trabalhadores mais habilidosos se adaptam mais facilmente e tendem a receber maiores salários. No caso de uma economia se fechar, tais ganhos são perdidos, e a desigualdade de salários diminui.

Porém, em longo prazo, a eficiência e a produtividade são prejudicadas. Uma queda na competição diminui o incentivo em investir em novas tecnologias e a produtividade passa a crescer mais devagar. Além disso, as empresas americanas forçadas a evitar o offshoring passam a contratar menos trabalhadores não qualificados e, conseqüentemente, a inovação passa a ser direcionada a trabalhadores mais qualificados, aumentando a desigualdade em longo prazo. A economia americana tende a sofrer uma queda em seu crescimento e aumento na desigualdade.

Com tais políticas, há uma redução da eficiência na alocação dos recursos na produção mundial, reduzindo a produtividade global.

Segundo Teles et al. (2017), a China, especialmente, por ser a maior receptora do offshoring americano, pode ser sofrer mais. Ao mesmo tempo a China é uma grande fonte de demanda por commodities.

Assim, um impacto negativo na economia chinesa repercute negativamente em países emergentes e, conseqüentemente, em toda economia mundial, causando um efeito dominó.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gandhi, Nelson Mandela, Martin Luther King, Adolf Hitler, entre outros, são conhecidos por feitos e mudanças que marcaram a história do mundo. Todos influenciaram grandes decisões na história, mudaram pensamentos, muitos mudaram a política de seus países e alguns, mudaram o rumo definitivo da história mundial. Levaram seus países a guerra, a crise, a resseção, e outros, a tiraram dela. O que só afirma o quão importante é a preocupação que devemos ter com os líderes que escolhemos para governar.

Nelson Mandela era contra o Apartheid e levou toda a África do Sul a lutar contra isso. Lênin fundou a União Soviética e com isso, o maior bloco comunista do mundo comandando a revolução Russa. Sir Winston Churchill foi decisivo na vitória americana na Segunda Guerra Mundial e, conseqüentemente, com o fim da ditadura alemã. Mikhail Gorbachev abriu as portas políticas e econômicas da Rússia, com o fim da União Soviética e Hitler apresentou os horrores do holocausto ao mundo, matando milhões de pessoas e transformando a história da humanidade para sempre.

As escolhas de um povo determinam seu futuro. O desespero da fome, do desemprego, da falta de condições básicas e dignas para a sobrevivência nos levou a decisões muitas vezes erradas, na ânsia de soluções urgentes. E a corrupção encaixa-se perfeitamente neste contexto, já que toda a vez que somos “furtados” por um governante corrupto deixamos escorrer por nossas mãos a esperança de um país melhor, com educação, saúde, desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, qualidade de vida, dignidade. O Brasil passa por essa prova ultimamente. E a conclusão que este trabalho nos dá é que sim, podemos aprender com as grandes crises e guerras do passado. Podemos perceber o quão decisivo é a entrada de um governante no poder e como ele pode nos levar ao auge ou a derrocada; a crise ou a solução; a guerra ou a paz; a resseção ou a prosperidade econômica. É claro que alguns fatores são impossíveis de se mudar. Em uma economia globalizada os ciclos de baixa e alta de um país são normais. Depois da tempestade sempre vem a abonaça, as lições, os aprendizados. Porém, a escolha das pessoas que irão gerenciar e conduzir esses ciclos são de suma importância. São a chave de tudo. O bom líder que mantém a crise sobre controle e fareja a oportunidade de sair dela.

O Brasil precisa disso, de bons líderes, preocupados verdadeiramente com o povo e não com seus bolsos, malas pretas ou contas na Suíça e empresários que levem a sério o compromisso com a sociedade e com a boa ética desse país.

E tudo isso só é possível através do voto. Voto consciente, voto estudado, voto maduro e coerente, apartidário, mas absolutamente brasileiro e varonil. O voto é o único meio de mostrarmos o poder do povo aos governantes e a nossa vontade de vivermos em um país e um lugar melhor.

Alguns ensinamentos ficam como alertas: não há crescimento econômico sustentado sem a educação das novas gerações. Os erros na educação desperdiçaram mentes. A falta de conhecimento nos conduz a manter pessoas corruptas no poder, pois quem não sabe ler é cego de entendimento. Crianças na escola reduzem o risco de reprodução da pobreza e reduz o risco de dependermos de programas beneficiários do governo, que na maioria das vezes, só servem para beneficiar a corrupção. Correções são necessárias e é preciso permitir aos pobres a capacidade de consumo que fortalece a economia. No Brasil, através dos gastos públicos, o Estado reproduz desigualdades.

São inúmeros os desafios e imensas as possibilidades. Às vezes é até difícil escolher a prioridade, mas o que é fato, é que assim como na sucessão dos fatos que nos levavam a mais inflação, nos últimos anos se repetiram os escândalos de corrupção, que reduziram as expectativas políticas do país. Da mesma forma que as sucessivas moedas nos confundiram, estamos nos perdendo no labirinto de casos de corrupção. Aqui no Brasil, as revelações de mau comportamento ou de conduta não têm nos levado à correções de rumo e nos mostra que nos acostumamos à piora da prática política. Hoje, perdemos a noção de valores a preservar para garantir a qualidade da democracia. Não estamos condenados ao clientelismo, à confusão entre o público e o privado, à corrupção, como não estávamos condenados à inflação crescente.

Um país faz suas escolhas; paga por elas ou usufrui dos seus frutos. Não há tarefas fáceis pela frente na construção do país que podemos ser. O caminho é longo, mas não impossível. A vantagem é que o Brasil já aprendeu um pouco com suas travessias.

Para superar a grave crise que o país atravessa é preciso corrigir os rumos da política econômica e também enfrentar problemas estruturais que assombram o Brasil desde os anos 1990 e que também têm responsabilidade no desarranjo da economia. Um deles é o chamado Custo Brasil, termo genérico usado para designar a burocracia no mundo dos negócios, o complexo sistema de tributos nacionais, as deficiências em infraestrutura (de transporte, energia, comunicação etc.) e a escassez de mão de obra qualificada. Esses fatores encarecem o investimento no país e reduzem a competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Luciane. **Em 15 dias, governo Trump abala a economia dos Estados Unidos**. Site O Globo. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/economia/em-15-dias-governo-trump-abala-economia-dos-estados-unidos-20876369>>. Acesso em: 01/03/2017

DANA, Samy. **Qual será o impacto do governo Trump na economia do Brasil**. Site G1. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/blog/samy-dana/post/qual-sera-o-impacto-do-governo-trump-na-economia-do-brasil.html>> Acesso em: 01/02/2017.

FRIEDEN, Jeffry A. **Capitalismo Global- História Econômica e Política do Século XX**. Editora Zahar, 2006.

HUNT, E.K. **História do Pensamento Econômico- Uma Perspectiva Crítica**. 16. ed. Editora Campus.

LEITÃO, Miriam. **Saga Brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

MATOS, Clarence José; NUNES, César A. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1994.

MATOSO, Filipe. **Política**. Site G1. Disponível em <<http://especiais.g1.globo.com/politica/2017/1-ano-do-governo-do-presidente-michel-temer/>>. Acesso em: 25/05/2017.

NEGOCIOS, Economia. **Trump e a economia mundial**. Site Estadão. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/blogs/mosaico-de-economia/trump-e-a-economia-mundial/>>. Acesso em: 10/02/2017

TOTA, Antonio Pedro; BASTOS, Pedro Ivo de Assis. **História Geral**. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1994.

VASCONCELOS, Yuri. **Guia do Estudante Atualidades**. 24. ed. São Paulo: Editora Abril S A, 2016.

ZOCCHI, Paulo; JONES, Frances. **Guia do Estudante Atualidades**. 9. ed. São Paulo: Editora Abril S A, 2009.